



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



**CISTERNAS DE PLACA OU DE COMO UM ARTEFATO CRIA UMA MEMÓRIA
POSITIVA DO SERTÃO**

FELIPE ALVES BATISTA MEDEIROS

CAJAZEIRAS-PB
2014

FELIPE ALVES BATISTA MEDEIROS

**CISTERNAS DE PLACA OU DE COMO UM ARTEFATO CRIA UMA MEMÓRIA
POSITIVA DO SERTÃO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
Plena em História, do Centro de Formação de
Professores, da Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para a obtenção do
título de licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª Dr.^a. Mariana Moreira Neto

CAJAZEIRAS-PB
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

M488c Medeiros, Felipe Alves Batista

Cisternas de placa ou como um artefato cria uma memória do sertão. / Felipe Alves Batista Medeiros. Cajazeiras, 2014.

51f. : il.

Bibliografia.

Orientador(a): Mariana Moreira Neto.

Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Seca. 2. Convivência com o seminário. 3. Cisternas de placa. 4. Memória coletiva. I. Moreira Neto, Mariana. II. Título.

UFCG/CFP/BS

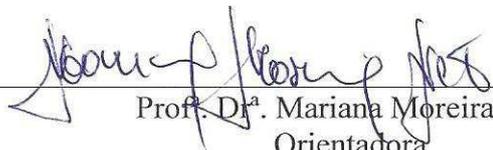
CDU –551.577.38

FELIPE ALVES BATISTA MEDEIROS

**CISTERNAS DE PLACA OU DE COMO UM ARTEFATO CRIA UMA
MEMÓRIA POSITIVA DO SERTÃO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
Plena em História, do Centro de Formação de
Professores, da Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para a obtenção do
título de licenciado em História.

Monografia apresentada em 17/09/2014



Prof. Dr.^a Mariana Moreira Neto
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Maria Lucinete Fortunato
Examinador



Prof. Dr. Josias de Castro Galvão
Examinador

Prof. Ms. Isamarc Gonçalves Lôbo
Suplente

Dedico ao grande Deus, a minha família em especial aos meus avós, minha mãe e minha esposa, que dedicaram suas vidas em meu crescimento pessoal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao senhor meu Deus, que na minha caminhada me forneceu estrutura e proteção espiritual, da qual alimento minha alma.

A minha família, Ozélia Francisca Batista e José Batista Sobrinho (avós), Maria Alves Batista (mãe), que desde minha infância, apesar de todas as dificuldades, esteve ao meu lado fornecendo não só o alimento, mais também ensinando os pilares éticos e humanos, que constituíram meu caráter.

A minha esposa Janiely Nascimento de Oliveira, pelo amor e dedicação, que não me fez desistir do que eu já tinha construído no andamento deste curso.

As mulheres da minha família, minhas tias: Maria José Alves Batista, Marcia Alves Batista e Josefa Batista Soares, cujos exemplos de carinho contribuíram nessa caminhada.

A minha orientadora Professora Dr^a Mariana Moreira Neto, pela disponibilidade e apoio nesse projeto de convivência, que é um exemplo de pessoa e profissional.

Ao professor Isamar Gonçalves Lobo, cuja ajuda e orientação foram fundamentais sempre que precisei.

Ao tempo disponível do amigo e técnico agrícola Romério Dantas Cartaxo, que propiciou o diálogo com a comunidade do Assentamento.

A banca examinadora pela disponibilidade de avaliar meu trabalho.

RESUMO

Este trabalho analisa como as cisternas de placa estão, ou não, provocando mudanças nas memórias e rupturas nos “tradicionais” laços de dependência costurados pelas políticas assistencialistas e pelos discursos de combate à seca. Ou seja, como as cisternas passam a elaborar uma memória coletiva positiva sobre as secas e o sertão? Procura também investigar como as novas práticas de sustentabilidade, sob o patrocínio da convivência com o semiárido, estão propiciando a adaptação dos sujeitos sociais aos recursos naturais e conseqüentemente a viver em harmonia com o ecossistema, a acessibilidade ao saber e a uma contextualização dos conhecimentos, com a participação ativa das comunidades rurais. Por fim, procura identificar como estes equipamentos estão possibilitando a construção de outra dignidade para o homem do campo, que deixa de ser coadjuvante e passa ao papel de protagonista na construção desse novo saber sustentável. Nesse sentido, realiza, por um lado, uma análise dos estudos sobre a região semiárida e sobre as secas, que apresentam esta região como sendo uma região problema e a seca como um fenômeno que deve ser combatido, e, por outro, uma avaliação de como, a partir da ideia de sustentabilidade e convivência com o semiárido, vem sendo criada outra imagem da região. Em suma, busca apreender como, a partir da existência das cisternas de placa começa a ser elaborada uma imagem e, em decorrência, uma memória positiva das secas e do Semiárido, considerando as falas dos moradores do Assentamento Santo Antônio, em Cajazeiras, Paraíba.

Palavras-Chave: Seca. Convivência com o semiárido. Cisternas de placa. Memória coletiva.

ABSTRACT

This paper analyzes how the tanks are plate or not, causing changes in memory and breaks in "traditional" ties of dependence sewn by welfare policies and the discourses of drought relief. Ie, as the tanks begin to develop a positive collective memory about the drought and the backcountry? It also seeks to investigate how new sustainability practices, under the patronage of coexistence with the semiarid region are providing the adaptation of social subjects to natural resources and consequently to live in harmony with the ecosystem, accessibility to knowledge and a contextualization of knowledge, with the active participation of rural communities. Finally, it seeks to identify how these devices are enabling the construction of another dignity to the farmer, who no longer goes to supporting and leading role in the construction of sustainable new knowledge. In this sense, carries on the one hand, an analysis of studies on semi-arid region and droughts that have this region as a problem and the drought as a phenomenon that must be fought, region, and secondly, an assessment of as, from the idea of sustainability and coexistence with the semiarid comes another image of the region being created. In short, attempts to grasp how, from the existence of tanks plaque begins to elaborate an image and, consequently, a positive memory of the semi-arid and dry, considering the testimonies of the residents of the settlement St. Anthony in Cajazeiras, Paraiba.

Keywords: Drought. Living with the semiarid. Tanks plate. Collective memory.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA I - CARTILHA: CAMINHOS PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, ASA.	24
FIGURA II - CARTILHA: PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS, ASA.	28
FIGURA III - CAPA; CARTILHA DO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS	29
FIGURA IV - ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO. FOTO: O AUTOR	34
FIGURA V - IMAGENS DO SEMIÁRIDO E RISOS DAS SECAS COMO BOAS LEMBRANÇAS ¹	35

¹ <<http://www.asabrasil.org.br/portal/Default.asp>>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. ENTRE A SECA E A CONVIVÊNCIA: AS TRAMAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA	12
1.1. Seca: de falta de chuva a problema político	14
1.2. Memória: conceitos e experiências	17
2. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	20
2.1. Discursos de convivência com o semiárido	21
2.2. Cisternas: um artefato simples e poderoso na mudança das mentalidades do sertão	25
3 AS CISTERNAS REINVENTANDO A VIDA E CONSTRUINDO OUTRAS MEMÓRIAS	33
3.1. Depoimentos de uma memória: lembranças e vivências dos assentados da seca ao surgimento da cisterna de placa	34
3.2. Cisternas como memórias do fim do assujeitamento e da dependência	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS	46
ANEXO I - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	47
ANEXO II - ENTREVISTAS	48

INTRODUÇÃO

Atualmente, em muitas das residências da zona rural da região semiárida brasileira é perceptível a existência de um objeto de forma cônica e com canos o ligando as biqueiras das casas. Trata-se das cisternas de placa que estão sendo construídas como forma de captar e armazenar a água da chuva para ser consumida pelos habitantes durante os períodos de estiagem.

A existência das cisternas muda a paisagem da região e, em consequência, altera a maneira como as estiagens passam a ser encaradas pela população, uma vez que, com as cisternas, tem-se a garantia da água para o abastecimento humano mesmo nos períodos de irregularidades de chuvas.

Tomando como ponto de partida essa nova paisagem imagética do sertão e de suas cisternas este trabalho analisa como elas estão provocando mudanças nas memórias da população e também estão desencadeando rupturas nos ditos “tradicionais” laços de dependência costurados pelas políticas assistencialistas e pelos discursos de combate à seca. Ou seja, como as cisternas passam a elaborar uma memória coletiva positiva sobre as secas e o sertão. Procura também investigar como as novas práticas de sustentabilidade, sob o patrocínio da convivência com o semiárido, estão propiciando a adaptação dos sujeitos sociais aos recursos naturais e consequentemente a viver em harmonia com o ecossistema, a acessibilidade ao saber e a uma contextualização dos conhecimentos, com a participação ativa das comunidades rurais. Por fim, procura identificar como estes equipamentos estão possibilitando a construção de outra dignidade para o homem do campo, que deixa de ser coadjuvante e passa ao papel de protagonista na construção desse novo saber sustentável.

Nesse sentido, realiza, por um lado, uma análise dos estudos sobre a região semiárida e sobre as secas, que apresentam este espaço como problemático e inviável e a seca como um fenômeno que deve ser combatido, e, por outro, uma avaliação de como, a partir da ideia de sustentabilidade e convivência com o semiárido, vem sendo criada outra imagem da região. Em suma, busca apreender como, a partir da existência das cisternas de placa começa a ser elaborada uma imagem e, em decorrência, uma memória positiva das secas e do Semiárido, considerando as falas dos moradores do Assentamento Santo Antônio, em Cajazeiras, Paraíba.

A realização da pesquisa caminhou por alguns percursos metodológicos, destacando-se, por um lado, um pequeno exercício de mapeamento e análise de trabalhos e produções teóricas, bem como de obras literárias e artísticas, que abordam a forma como as secas foram

sendo consideradas como elemento político para a definição da região como região problema e que precisa sempre do “socorro governamental” para sobreviver. Uma imagem que foi reproduzida nas músicas e em outras expressões artísticas. Por outro lado, foram realizadas entrevistas com moradores do Assentamento Santo Antônio, no município de Cajazeiras, Paraíba. A opção por esse recurso metodológico se justifica quando se considera a entrevista como uma possibilidade de que o entrevistado construa uma elaboração e uma posição sobre a questão em análise e, também, possa se expressar com mais flexibilidade, permitindo que seja pontilhada a trilha de uma memória coletiva.

O trabalho está estruturado em três capítulos, organizados a partir de uma sequência que possibilita um encadeamento entre as elaborações teóricas sobre a seca como problema, as cisternas como possibilidade de convivência e como esse equipamento, além da paisagem, muda também os saberes dos homens sobre a região. Ou seja, como as cisternas estão construindo uma memória coletiva positiva sobre o sertão.

O primeiro capítulo analisa como alguns autores, como Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Lúcia Fátima Guerra, entre outros, mostram as secas vistas como um elemento político “manipulado” por grupos “tradicionais” da região para preservar situações de poder. Esses estudos apontam que os grupos “tradicionais” passam a elaborar uma imagem da região como negativa, como local de penúria e castigo. Imagens expressas na literatura, na mídia e também nas músicas regionais.

Neste capítulo também é discutida, numa perspectiva historiográfica, como a memória coletiva é elaborada como um artefato de definição e construção de uma realidade. Ou seja, como, através da elaboração coletiva de imagens e dizeres sobre o sertão e suas secas, se instala uma nova percepção espacial do lugar tendo como referência as cisternas de placa.

O segundo capítulo busca apreender como vem sendo elaborado um novo olhar sobre as secas, pelo viés da sustentabilidade, adotado pelas entidades civis organizadas e agregadas em torno da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). E como o novo preceito de convivência é inserido com a participação dos sujeitos sociais e entidades não governamentais, que entendem as práticas assistencialistas de cunho emergencial por parte do governo, como práticas que alimentam a dependência no campo. Para essas entidades da sociedade civil organizada com a utilização e o manejo sustentável dos recursos hídricos e naturais será possível conviver no Semiárido nas épocas de estiagens. Convivência que vem sendo elaborada nos discursos das entidades que atuam junto as comunidades rurais, sobretudo, junto aos agricultores familiares. O armazenamento de água para a manutenção da vida é o carro chefe dessa proposta, através da utilização e o manejo das cisternas de placa.

Uma tecnologia social que, pensada como alternativa de gerenciamento sustentável dos recursos hídricos e de “tecnologias” com o objetivo de armazenar água potável, também visa o protagonismo, a participação dos sujeitos sociais, através das experiências e conhecimentos adquiridos por esse novo saber sustentável.

O terceiro capítulo revela, através dos depoimentos dos sujeitos sociais, como vem sendo elaborada uma memória coletiva sobre o sertão e suas secas. Ou seja, com essa nova perspectiva de sustentabilidade, através do objeto concreto das cisternas de placa, se constitui em elemento dessa nova vivência. Como uma tecnologia simples de captação e armazenamento de água da chuva influi na produção de uma nova percepção que possibilita a vida sustentável numa região de grandes estiagens como o Alto Sertão Paraibano, encravado no Semiárido Brasileiro.

O que fica evidente como principal desdobramento desta pesquisa é como as cisternas de placa, teoricamente, uma tecnologia simples de captação e armazenamento de água da chuva, se tornam um símbolo, uma ferramenta que modificam os hábitos, ressignificam o espaço, colaborando na superação dos discursos de seca, tendo como *locus* os moradores do Assentamento Santo Antônio, no município de Cajazeiras. Em suma, como as cisternas produzem uma memória coletiva positiva sobre as secas no sertão.

1. ENTRE A SECA E A CONVIVÊNCIA: AS TRAMAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA

**Tudo se torna um tormento
 Se não chove no sertão,
 Secam açudes, riachos
 Fazendo rachar o chão.
 A lavoura não floresce,
 E o nordestino padece
 Por falta de água e pão.
 Sem pedir consentimento
 Vem seca avassaladora,
 Destruindo vida e sonhos
 De gente trabalhadora.
 O agricultor fica triste
 Mas finca o pé e resiste,
 Mesmo perdendo a lavoura.
 (Assis de Coimbra)**

A epígrafe acima expressa, de maneira incisiva, como a literatura, e outras expressões como a música, a mídia, os discursos políticos ainda relatam e retratam, nos dias atuais, os sertões nordestinos, que teriam como maior vilão dos seus “assombros” os fenômenos naturais que, tradicionalmente, se personificam nas secas como manifestação de “castigo divino” ou “destino irremediável”. Uma realidade desenhada a partir de suas configurações climáticas, tendo a falta de chuva como única motivação das desgraças de um povo que não encontra outra forma senão se apegar as suas crenças e seus santos para “rogar” por chuvas na terra assolada pela “seca”.

Escritores como Graciliano Ramos, José Américo de Almeida, João Cabral de Melo Neto, em obras com *Vidas Secas*, *A Bagaceira*, *Morte e Vida Severina*, entre outras, caracterizam o contexto do Nordeste da seca e da miséria social que aflige a todos como sorte ou destino. Um destino que aponta a migração para as regiões mais ricas e férteis do país como única e derradeira solução, imprimindo uma memória coletiva assentada na saudade e no determinismo, como revelam os versos da *Triste Partida*, de Patativa do Assaré, imortalizados na melodia que Luiz Gonzaga.

*A seca terrívi
 Que tudo devora
 Ai, lhe bota pra fora
 Da terra natal*

Ai, ai, ai, ai
O carro já corre
No topo da serra
Oiando pra terra
Seu berço, seu lar
Meu Deus, meu Deus
Aquele nortista
Partido de pena
De longe acena
Adeus meu lugar

Apreende-se, portanto, que a construção de uma memória coletiva sobre a seca e sua significação negativa de medo, saudade, retirância utiliza-se, além da literatura, da música. Valendo-se de inúmeros gêneros musicais, como manifestação das expressões culturais regionais, sobretudo, o forró, a música foi construindo identificações e pertencimentos com a população e criando uma espécie de homogeneidade que favorece e alimenta a memória da seca, seja como desgraça, seja como saudade.

Nesse sentido é que Luiz Gonzaga, considerado o Rei do Baião em sua música Vozes da seca, também se vale desse contexto social nordestino como motivação para a produção de um vasto repertório que idealiza e desenha a imagem de seca no cenário regional e a transforma, através da música, em produto consumido pelo país afora, alimentando, nas letras de suas canções, uma memória depreciativa e nostálgica de uma gente e de uma região, com o reforço do estereótipo instituído de um povo miserável e “inferior”, sempre carente e dependente do auxílio e da benevolência do governo ou dos “poderosos”.

Seu doutô os nordestino têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola a um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão
É por isso que pidimo proteção a vosmicê
Home pur nós escuído para as rédias do pudê
Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chovê.

As imagens constituídas pela música, assim como pelas obras literárias e por outras manifestações discursivas, são de um sertão de estiagem, miséria, desnutrição e morte. De uma população sofrida e marcada, pelo clima apresentado como “purgatório” que antecipa a entrada nos desertos calcinados. Essas expressões de memória da seca relevadas pela literatura, pela música tratam a seca como “fenômeno natural, não abordando como um produto histórico de práticas e discursos” (ALBUQUERQUE JR: 1995, p.11).

1.1. Seca: de falta de chuva a problema político

A ocorrência de estiagens frequentes, portanto, é um problema antigo nas regiões localizadas no semiárido nordestino, sempre ocasionando perda de lavouras, fome e migrações para outras regiões, principalmente para as capitais dos Estados, a procura do socorro governamental. Vale ressaltar que essas migrações que são relatadas em inúmeros documentos históricos e em obras literárias, a exemplo de *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, ocasionaram, conseqüentemente, uma desorganização nas “relações tradicionais”, gerando ainda a “vadiagem”. Uma vadiagem explicada a partir do “crescimento” desproporcional das capitais dos Estados que, em períodos de estiagens, ficavam encharcadas de pedintes, que ali chegavam como retirantes das secas e, portanto, sem trabalho e sem recurso para a subsistência.

Aqueles que permaneciam em suas localidades também sofriam os efeitos das secas em consequência da penúria e do esgarçamento das relações tradicionais que existiam com seu patronato, ocasionando, assim o surgimento de bandos que, abandonados pelos seus senhores, se organizavam para saquear, gerando assim o banditismo. Situação retratada por Facó, quando afirma:

A grande seca de 1887/1879 é o ponto de partida para o desencadeamento de ações e grupos de cangaceiros mais famosos do século XIX: os Brilhantes, os Viriatos e os Calangros. Alguns lutam entre si, como estes últimos e os Mateus, que se fazem fortes em Pajeú de Flores Pernambuco e aparecem no Ceará ‘a frente de cento e tantos homens’. Em 1878, os jornais “reclamavam enérgicas providencias contra salteadores que continuavam a infestar... (FACÓ, 1989, p.128).

Mas, para vários historiadores, as estiagens no Nordeste só ganham projeção e interesse nacionais, se constituindo em problema político, a partir da grande seca de 1877/1879. É a partir destes anos que se externa para o poder nacional a seca como um “problema”, que necessita urgentemente de ajuda financeira para atenuar a falta de rações e água nas regiões afetadas pelas estiagens.

O que se evidencia nessa “seca” (1877/1879) para que ela se transforme em “problema regional” com maior visibilidade e preocupação do Estado? Essa indagação, levantada por inúmeros estudiosos, se assenta justamente na busca de uma resposta ao considerar que apenas o fator climático não responderia a essa construção de um imaginário e, sobretudo, de uma memória da seca e da região, que começava a ser elaborada nos variados discursos. Sobretudo, quando se considera a existência de registros, em anos anteriores, de secas maiores, mais extensas e mais avassaladoras nas regiões do sertão nordestino.

Ao analisar a seca de 1877 e sua relevância enquanto fenômeno histórico ALBUQUERQUE JÚNIOR (1988) afirma:

Sua duração foi inferior a muitas outras, atingiu uma área menor, não foi tão intensa, porque ocorreram chuvas esparsas durante o período e mesmo a população dizimada é proporcionalmente inferior a da seca de 1825, por exemplo. Enquanto a seca de 1877 matou cerca de 13,9% da população do Ceará, a seca de 1825 dizimou 14,4% da população desta província. (ALBUQUERQUE JR.: 1995, p. 112).

Acrescentando, portanto, como a seca se transforma em problema político:

(...) a seca tinha sido inventada como objeto de discursos e práticas, como uma estratégia política diferenciada: a de denunciar a decadência deste espaço e a necessidade de se voltar os olhos do Estado e da 'nação' para resolver 'o seu problema'. (ALBUQUERQUE JR: 1995, p.112).

Essas afirmativas permitem dizer que o alarde da seca para os olhos do poder público tinha como objetivo político chamar a atenção para as calamidades, evidenciando, sobretudo, que não só o simples camponês sofria com a seca, mas demonstra que as elites econômicas e as oligarquias políticas eram também afetadas pela crise econômica provocada pelas estiagens. Uma situação que já vinha se agravando em anos anterior a seca de 1877/1879, como a queda das exportações dos principais produtos agrícolas da região, o algodão e o açúcar, este último em declínio com o surgimento da concorrência do produto cultivado no sul do país, que pratica preços internacionais melhores pela acessibilidade de escoamento do produto.

Outro aspecto a ser considerado é a baixa representatividade política da região frente ao Governo Federal, pois os grandes cafeicultores de São Paulo detinham mais relevância política devido a sua importância econômica com a exportação do café. Portanto essa economia sulista era mais evidenciada e priorizada, levando, conseqüentemente, a ter uma maior importância política do que o Nordeste e seus representantes.

Esse 'discurso de "seca" que tem na "grande seca" sua condição de possibilidade, vai sendo reelaborado, utilizado ao longo da história do Norte Nordeste, cumprindo sempre um papel estratégico de explicar o real, criando de base para sustentação de privilégios de uma elite que há muito deixou de ser importante economicamente no país" (ALBUQUERQUE, 1995, p.120)

Os discursos das elites políticas regionais, diante destes fatos, onde a seca não afetava somente as camadas mais baixas da população, mas também as oligarquias locais, são elaborados no sentido de apontar as ameaças que as estiagem representavam para as relações de poder que essa oligarquia detinha, ultrapassando a crise econômica, ocasionando também um problema social. Sentindo que o poder político se torna frágil às elites políticas regionais

passam a pressionar o Poder Central, com o intuito de obter ajuda da União, para desafogar a situação de crise nas regiões afetadas pela seca, reclamando a necessidade de intervenção do Estado, através de investimentos que reabilitassem a região, que começava a apresentar uma situação de grande declínio econômico, com baixa produção e queda na exportação de produtos.

O surgimento da ação de socorro governamental para a região nasce, portanto, neste contexto.

A ação do governo imperial nos períodos de seca se dava através dos chamados socorros públicos que tinham um caráter caritativo, com a distribuição de gêneros alimentícios e remédios. Assim ocorreu nas secas de 1877/79, 1888/89 e 1903/04, esta já no regime republicano... segundo Roger Cunnif, “não há dúvida de que foi com a seca de 1887 que se deu o nascimento da indústria da seca (Cf. 1975:72)”. (*apud*, FERREIRA, 1993, p.61)

Esses “socorros públicos” vai se constituir no que ficaria conhecida como a “indústria da seca”. Esses recursos, que eram destinados a fim de abastecer os locais que estavam sendo vitimados pela calamidade e que pediam urgência no tratamento diferenciado do Estado, eram escoados para outros fins, privilegiando grupos “oligárquicos” dominantes que, aliados do Estado, assumiam o gerenciamento dos recursos destinado ao povo flagelado. Recursos que passam, portanto, a serem usados em proveito desses grupos, favorecendo apenas seus interesses políticos.

A exploração da imagem de uma região marginalizada, sucumbida pela seca, e pela miséria e, conseqüentemente, a elaboração de uma memória coletiva sobre a seca e sobre a região, se torna uma estratégia usada pela elite política no Nordeste, a fim de gerar recursos que preservem seus interesses. Esse recurso estratégico foi muito usado por políticos da região como forma de chamar atenção do poder central e, dessa forma, obter verbas públicas.

As ponderações postas até aqui apontam para o fato de que a seca não é apenas um desequilíbrio climático ou fenômeno natural no Nordeste, como é exibido pelas obras literárias, pela música, pelos discursos políticos, pela mídia, principalmente nas regiões semiáridas. Que a seca enquanto problema político também foi um discurso idealizado pelas oligarquias políticas do Norte como meio de captar recursos que aliviasse a tensão de crise econômica que viviam, assegurando sua sobrevivência enquanto espaço de poder.

Os discursos e vivências dos que cultivam seu cotidiano nas terras secas das regiões semiáridas não podem deixar de ser levado em consideração, sobretudo ao se evidenciar que a memória que eles elaboram a partir da convivência com o semiárido desconstrói as imagens desse espaço e que trazem toda uma carga de estereótipos depreciativos (flagelado, faminto,

“cassaco”, emergência) que são instituídos por uma elaboração discursiva construída pelos grupos dominantes. É essa memória dos sertanejos sobre a seca e sobre a região semiárida a partir das práticas e vivências da convivência que vem sendo analisada como uma elaboração positiva sobre o sertão e sobre as estiagens.

1.2. Memória: conceitos e experiências

Buscando o conceito de memória é possível encontrar várias abordagens teóricas, tanto no campo da ciência, como da psicologia. O objetivo deste trabalho, portanto, é tentar apreender como a memória coletiva hoje, sobretudo, da população de pequenos agricultores, ou agricultores familiares, elabora uma imagem da seca e da região, a partir da vivência de um leque de práticas e imagens discursivas montadas a partir da ideia da convivência com o semiárido.

Ao construir uma conceituação teórica de memória, no campo historiográfico, Le Goff afirma que

A memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1990 p.366)

Nesse sentido, se apresenta como interessante observar como essas “impressões ou informações passadas” ganham relevância não apenas, na perspectiva individual, mais também coletiva. Ou seja, destacar a importância dessas informações na caracterização dos grupos ou sociedades, de forma a explicá-las e manter os laços com o passado. O grupo, através dessa memória coletiva, se apropria efetivamente dos fatos e vivências para construir sua identidade. Uma memória que é transmitida pelos grupos sociais através da oralidade e da escrita. Explicando essas formas de transmissão da memória Le Goff (1923, p.370) argumenta que “o primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento - aparentemente histórico - à existência das etnias ou das famílias, isto é dos mitos da origem”. Adianta ainda esse autor que:

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer na biblioteca. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob forma de armazenamento de informações na nossa memória (HENRI ATLAN *apud* LE GOFF, 1992, p. 425).

As linguagens, a partir de suas narrativas, constroem uma memória coletiva descritiva de suas relações tradicionais, se tornando patrimônio e estabelecendo formas de armazenar as experiências. Nas primeiras sociedades, a memória se apresenta pela oralidade como forma de repassar o conhecimento já adquirido, e a transmissão dessas informações ou dessa memória coletiva que, pertencente a determinados grupos, ocorre pelas narrativas orais. E a importância dessa memória coletiva é constantemente relatada nas primeiras sociedades

Do mesmo modo a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos da memória coletiva. (LE GOFF, 1924, p.368).

Essa memória coletiva se constrói desempenhando um papel de grande relevância no que se diz respeito ao conhecimento dessas sociedades e como é importante para elas definirem sua presença, e marcar sua formação e sua origem. Porém, segundo Halbwachs, a memória coletiva se diferencia da memória histórica sob o ápice da sua prolongação. Para este autor:

A memória coletiva se distingue da história pelo menos em dois aspectos. É má corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial que retém o passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição ela não ultrapassa os limites deste grupo. (HALBACHS, 1950, p.56)

A memória coletiva então por teoria não seguiria no pensamento sem a atuação presente daquela narrativa, pois ela não teria continuidade, pois a memória vai até onde os integrantes dessa memória estão. Como afirma Halbwachs (1950, p. 57), “a memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta”, enquanto a memória histórica permanece mesmo quando inexiste a “a consciência do grupo que a mantém”. Pois a História não se delimita aos fatos que elaboram a memória de determinado grupo, mas vai além, na construção do conhecimento mais amplo e universal.

Nesse sentido, é pertinente o argumento de Halbwachs, ao lembrar as limitações que a memória impõe como elemento de remontagem histórica. Esse autor reforça que “não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. E porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram”. (HALBWACHS, 1950 p.57)

Mesmo com as limitações dessa memória coletiva, Le Goff não deixa de dar o valor a elas na construção do contexto histórico e na elaboração da própria memória a partir do surgimento da escrita nas sociedades. O autor referencia a memória como necessária para compreender o espaço e tempo dos fatos históricos ao afirmar:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedade cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.” (LE GOFF, 1992, p.410)

As ponderações de Le Goff são importantes na compreensão de como a memória coletiva fomenta e complementa o entendimento dos fatos históricos, através das suas narrativas, pois foi através da memória coletiva oral nos primórdios da sociedade, que surge o desejo de reconhecer o passado como peça importante na construção do conhecimento histórico. Desde a composição das sociedades, surge a necessidade de registrar os acontecimentos desses grupos em torno das ações do homem em seu meio social, de convívio. A memória oral reflete essa necessidade através dos aspectos sociais, como as tradições e manifestações, que expõem sua historicidade.

Existe, no campo historiográfico, portanto, uma intensa discussão de como trabalhar a oralidade de memória coletiva, frente aos fatos históricos, considerando, sobretudo os contextos históricos, a inserção dos sujeitos sociais nestes contextos e as mudanças que acontecem e que redimensionam e ressignificam valores, posturas e, portanto, memórias. Tentando caminhar nessa polêmica e que se buscou uma possibilidade teórica e conceitual que permitisse compreender como agricultores familiares do Alto Sertão da Paraíba, que vivem, atualmente, uma série de experiências e práticas de convivência com o semiárido, elaboram uma memória do que é a seca, a partir da relação com as cisternas de placa.

2. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

As imagens e enunciados elaborados e instituídos sobre o sertão semiárido desenha a caricatura de uma região de miséria composta de seu povo flagelado, de um uma “terra” de degradação e não produtiva. Um discurso legitimado pela literatura, pela poesia, pela música, pelas artes plásticas e, sobretudo, pelos grupos políticos “oligárquicos”, dando consistência a instituição do imaginário e de uma memória coletiva do Nordeste como uma região “problema”.

Essas imagens ganham dimensão e força através dos discursos e procederes de forças políticas que se apropriam das secas e da miséria a ela correlata como estratégia para a captação de recursos que aliviem a tensão econômica e a desorganização da vida produtiva e, sobretudo, da manutenção do poder sob o controle desses grupos. Esse discurso dá vida a engrenagem da chamada “indústria da seca”, que se mantinha com os socorros públicos do Estado aos flagelados e que eram desviados pelas oligarquias locais, em seu próprio benefício, implantando várias formas de manutenção de poder, dentre elas o voto de “cabresto”.

Em todos os municípios assolados pelas secas e mesmo aqueles recebedores de flagelados, foram constituídas comissões subordinadas a Repartição Provincial de Socorros públicos. Apesar dessa compostas pelos elementos respeitáveis da comunidade, ou seja, o vigário, o juiz de paz, o coletor de rendas e o delegado, quase sempre tiravam proveito para si ou faziam vista grossa para os desvios de suprimentos, favorecendo parentes e protegidos. (FERREIRA, 1993, p.66).

Os argumentos apresentados pela autora retratam como a apropriação, pelas elites regionais, dos recursos públicos destinados ao socorro dos flagelados foi favorecendo e fortalecendo essas oligarquias, preservando laços e tramas de dominação e elegendo as estiagens como uma rentável alternativa de sobrevivência política e econômica. Uma prática que, nos dias atuais, ainda se conserva, sendo ressignificada e atualizada por novas roupagens.

As políticas governamentais sempre foram acionadas a partir das necessidades extremas da população nos períodos de seca, mas sempre foram comandadas pelas elites regionais que controlavam a situação. Tanto a distribuição de cestas básicas, como a distribuição de água e a organização frentes de trabalho foram controladas pelas elites e serviram para aumentar a sua riqueza e seu domínio. (SHISTEK, 2001, p.14-15, *apud* MOREIRA NETO; LIRA, 2013, p.2)

Os relevantes problemas sociais e humanos provocados pelas estiagens que assolavam as regiões semiáridas sempre levaram os poderes públicos a contornar a situação de penúria, com medidas que amenizavam as consequências das “secas”. Essas medidas passam a se

constituir em rentáveis formas de dependência dessas regiões ao Estado e as autoridades políticas. Um exemplo dessas medidas pode ser referenciado nos “carros pipas” que se caracterizam como símbolo de dependência dessas regiões. Essas medidas, no entanto, não se apresentavam suficientes para a solução das frequentes estiagens e das consequências que elas desencadeavam na vida de homens e bichos sertanejos, sobretudo, daqueles mais desprotegidos, aumentando, assim, os laços de dependência da população. Isso reforça o “clientelismo” e a dependência dos grupos oligárquicos com o poder público, alimentando as relações de poder sinonimizadas no “coronelismo”.

Para Castro, contudo, a seca como fenômeno natural em si não pode ser encarada como o maior problema da região:

(...) há coisas muito piores do que a seca no Nordeste; o latifundiarismo e o feudalismo agrário, por exemplo. A seca é um fenômeno transitório, mas o pauperismo do Nordeste é permanente. Não bastam portanto, medidas transitórias de emergência, contra a suposta seca: são necessárias medidas de profundidade, medidas estruturais que modifiquem realmente os alicerces econômicos da região nordestina. (CASTRO, 1965, p.90, *apud* MOREIRA NETO, 2013 p.41)

A dependência ao poder público que se externou durante anos através de medidas emergenciais de “combate à seca” e que apenas atenuavam os problemas sociais, atrofia o espaço para a concepção de outras maneiras de ver a região e alimenta esse um discurso antigo que só interessa aos políticos locais, que se apropriam dos recursos emergenciais para proveito próprio, muitas vezes obtendo vantagens eleitorais pela manutenção do exercício do poder.

2.1. Discursos de convivência com o semiárido

A emergência de outras maneiras de se pensar a vida no sertão começa a surgir e a apontar que o assistencialismo governamental não é suficiente, carecendo de ações que resultem em consequências permanentes frente a “seca”. Ou seja, são necessárias outras formas de pensar e saber.

O discurso sobre a seca como evento marcante do sertão ainda persiste como fragmento e vestígio de uma região, ou melhor, do que diz sobre ela. Ele ainda legitima práticas de clientelismo, explicações de mundo, interpretações de relações sociais. Mas sub-repticiamente, começa a rascunhar uma nova elaboração de Nordeste, sobretudo, de semiárido como território que, extravasando os limites geográficos, inscreve-se no âmbito político, delimitando e determinado pela ideia de convivência entre homem e natureza. (MOREIRA NETO, 2013, p.44)

A nova forma de pensar o semiárido surge com o argumento da sustentabilidade e “determinado pela ideia de convivência entre homem e natureza”, partindo do pressuposto de que a “seca não se acaba”, pois os fenômenos climáticos não podem ser eliminados. Essa nova compreensão estende-se também ao entendimento de que os problemas decorrentes das estiagens são resultantes da utilização política das secas que, historicamente, foram transformadas em problemas “inerentes” aos homens da região, alimentando uma memória coletiva que reduzia todos a flagelados, degredados e famintos, dependentes da “caridade do governo e dos poderosos”.

(...) a emergência dos enunciados sobre o semiárido, sobretudo na perspectiva da sustentabilidade de uma nova convivência com as peculiaridades especificidades da região, vislumbra um deslocamento do discurso do ‘Sertão’ ausente de vida e possibilidade de vivência e pressupõe novas formas, estratégias e táticas de lidar com esse ambiente, suplantado os territórios rurais que sempre foram traços característicos do Sertão e lidando com uma nova dizibilidade. (MOREIRA NETO, 2013, p.32)

A sustentabilidade, por sua vez, se apoia na compreensão de que é possível conviver com o semiárido. Essa ideia de conviver com o semiárido começa a ser pensada nos primeiros anos da década de 1990 quando a ocorrência de mais um período prolongado de secas na região leva a organização de trabalhadores rurais, e também urbanos, entidades de agricultores familiares, além de associações, organizações não governamentais e pastorais católicas, a se contrapor a uma compreensão cristalizada que que era possível combate a seca, num modelo que, há décadas, vinha orientando a atuação governamental na região. Esses novos atores sociais sugerem a adoção de soluções que tenham como marca principal a possibilidade de convivência com o semiárido (Cf. SÁ, FORTUNATO, MOREIRA NETO, 2009, p.2).

A legitimidade e, portanto, a aceitação do discurso da convivência não acontece de forma tranquila e natural.

(...) esse discurso só goza da legitimidade e, portanto, passa a ter sentido quando é pronunciado a partir de uma posição social, isto é, por técnicos, pesquisadores, estudiosos que articulam enunciados e constroem entendimentos, classificações, divisões a partir dos quais vai se formatando e enformando novas dizibilidade e novas visibilidades sobre o Semiárido. (MOREIRA NETO, 2013, p.48)

A legitimação desses discursos ganha força através de estudos e pesquisas que apontam a sustentabilidade como possibilidade para a sobrevivência na região. O discurso de “combate a seca” dá lugar ao da “convivência”, na busca pela sustentabilidade, no objetivo de forma permanente de vida. Essa mudança de discurso surge da necessidade de abandonar a

concepção da imagem de um povo “pedinte” e dependente do “assistencialismo das oligarquias locais”. E para que esse novo olhar de convivência é necessário a participação ativa da sociedade civil organizada através de suas associações e entidades.

O discurso da convivência, portanto, se mostra desafiador por desmitificar uma concepção institucionalizada durante décadas e que pautou as práticas políticas direcionadas à região do Semiárido. Nesse contexto, pensar a sustentabilidade e a convivência como fundamentos dos programas e ações sociais que se destinem ao melhoramento das condições socioeconômicas da região situa as políticas públicas como importantes espaços de produção e elaboração de relações de poder/saber que trazem a convivência com o semiárido, a ativa participação social e o protagonismo como respostas as necessidades mais urgentes dessa região. (MOREIRA NETO, FORTUNATO, M. L., COSTA OLIVEIRA; 2010, p.3)

Para que se concretizem as práticas de convivência emerge a necessidade de se elaborar um conhecimento sobre esse espaço e sua gente a partir das experiências da sociedade, dos agricultores locais que assumem o protagonismo de suas vidas e passam a dar nova significação as práticas sociais e as suas vivências culturais. O surgimento dessas novas maneiras de viver no semiárido passam a determinar a construção de novas práticas de convivência, através de informação e conhecimento técnico, com o manejo correto do solo para o plantio, captação da água da chuva, planejamento com armazenamento de banco de sementes, práticas essas que visam a adaptação do campo as épocas de estiagens.

O Semiárido que o discurso da convivência delimita, organiza e institui se assenta no campo sua gente, sobretudo na agricultura familiar, produtora de orgânicos no Semiárido, nas alternativas de captação, armazenamento e reproduzidos nas captações, na educação contextualizada que organiza e define as fronteiras do Semiárido e as incute nas novas gerações. São formas de dizer uma região. São novos saberes que instituem as novas relações de poder. São novos corpos não mais individualizados em sertanejos, mas coletivizados em gente do Semiárido”. (MOREIRA NETO, 2013, p.166)

Essas ações, organizadas e planejadas por organismos de representação, como associações, sindicatos, ONGS, universidades, passam a construir uma nova forma de viver no semiárido, sobretudo, a partir das experiências acumuladas ao longo de décadas pelos grupos e comunidades que passam a exigir uma forma diferente de tratamento, sobretudo, por parte dos poderes públicos. A exigência é que os projetos voltados às regiões semiáridas não mais tragam como orientação o “combate à seca”, mais sim o enfrentamento as adversidades dessa região, propondo um novo olhar sustentável.

Uma das organizações que atua de maneira mais ativa na defesa dessa nova concepção de semiárido é a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), composta por representações da sociedade civil organizada (sindicatos, associações rurais, entidades de cunho religioso,

pastorais etc.), que desenvolvem programas, sobretudo com agricultores familiares, assentados em estratégias de convivência, através do uso de tecnologias voltadas para a captação da água da chuva. Ações que consideram as experiências e vivências desses agricultores na formação e construção de outro “saber”.

(...) a ASA desenvolveu o *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido*. Esse programa abriga tecnologias sociais populares de captação e armazenamento de água para consumo humano e para a produção de alimentos. Além disso, fortalece outras iniciativas de convivência com o Semiárido, como a construção do conhecimento agroecológico; as cooperativas de crédito voltadas para a agricultura familiar e camponesa; os bancos ou casas de sementes nativas, ou crioulas; os fundos rotativos solidários; a criação animal; a educação contextualizada; o combate à desertificação; etc. (ASA).

Na execução de seus programas a ASA propõe uma forma diferente de convivência com o semiárido ao defender que os sertanejos passem a vivenciar suas práticas no sentido da possibilidade real de construção de estratégias de sustentabilidade nas regiões de semiaridez, introduzindo não apenas tecnologias de captação de água ou armazenamento de sementes, mas também novas maneiras de dizer esse espaço seja através da educação contextualizada, dos encontros de formação, das feiras da semente da paixão, entre outros.

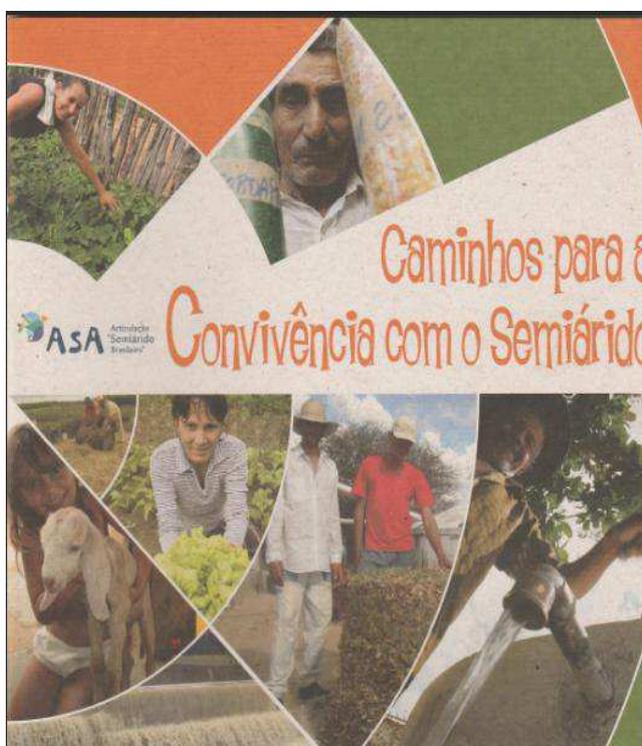


Figura I - Cartilha: Caminhos para a Convivência com o Semiárido, ASA.

De forma clara, propõe um novo saber que não apenas se sustenta na construção de conhecimentos sobre esse espaço, mas que também dignifiquem o homem, levando em

consideração os seus dizeres, as suas vivências. Vivências e experiências que são compreendidas não apenas como saberes e técnicas dos sertanejos, mas, sobretudo, sistematizadas e socializadas através de inúmeros eventos como fóruns de discussões e debates, visitas de intercâmbio etc.

2.2. Cisternas: um artefato simples e poderoso na mudança das mentalidades do sertão

Uma das estratégias que a ASA vem incrementando na perspectiva da convivência com o semiárido, desde o início da década passada, têm sido as cisternas de placas, que surgem como uma possibilidade de armazenamento da água da chuva que passa a ser utilizada para consumo humano durante os períodos de estiagens. A construção das cisternas ganha notoriedade com a implantação dos programas Um Milhão de Cisterna (P1MC) (Programa um Milhão de Cisterna) e Uma Terra e duas Águas (P1+2), que, contando com a parceria do governo federal², e de setores da iniciativa privada, põe ênfase na construção de novas tecnologias de captação de água das chuvas, tanto para o consumo humano como para o desenvolvimento de práticas agrícolas através da água da chuva armazenada nas cisternas e que são capazes de suprir as necessidades básicas de agricultores familiares nos meses de estiagem.

Ao avaliar as repercussões desses programas e como eles são encarados na perspectiva de políticas públicas de convivência com o semiárido SÁ, FORTUNATO e MOREIRA NETO (2008) apontam o seu caráter positivo e como eles ressignificam novos saberes sobre a região quando rompem tradições seculares e quebram

(...) algumas correntes de dominação que geravam dependência e subordinação possibilitando a independência e autonomia das famílias no que tange a questão do acesso à água; promoveu a organização e integração da comunidade criando uma verdadeira rede de solidariedade tanto nos momentos de capacitação quanto no transcorrer do processo de construção das cisternas; despertou a consciência pública para o significado da água e a importância de seu uso racional. (SÁ, FORTUNATO e MOREIRA NETO: 2008, p. 08).

Essas políticas, portanto, vão desconstruir a imagem de que, quando se fala em “secas” e estiagens prolongadas no semiárido, vem a cabeça como então essa região é afetada pela falta de precipitação e como esse “povo” dos sertões vive na carência de água para o consumo, como também para o plantio de seus alimentos que mantenham a segurança

² A parceria com o Governo Federal vem acontecendo, sobretudo, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

alimentar. A imagem que se tem sobre o sertão é de uma terra “rachada” e de um povo flagelado pela falta do essencial a vida humana, a água. Porém, os registros pluviométricos da região semiárida acusam que, mesmos nos períodos de estiagens mais rigorosas, ocorrem precipitações, embora irregulares e, espacialmente, má distribuídas.

Nessa perspectiva percebe-se que a chuva está presente nos sertões e que não se constitui em algo improvável, mesmo em momentos de estiagens, desmistificando e desconstruindo os discursos e imagens que foram elaborados sobre essa questão. Discursos que revelam a preocupação, por parte do governo, com as secas no Nordeste, e que trazem como marca principal o combate as secas, sanando o mais grave problema que elas desencadeiam, a questão da falta água nessas regiões, alimentando uma concepção que passa a ter nas grandes obras hídricas a principal estratégia de combater um fenômeno natural.

A primeira iniciativa oficial no sentido de promover estudos sobre o interior do Brasil ocorreu através da Lei nº 884, de 1856, que nomeava uma comissão de engenheiros e naturalistas. Dos seis componentes, dois escreviam sobre as secas: Giacomino Raja Gabaglia e Guilherme S. Capanema. Muitos outros trabalhos surgiram na segunda metade do século XIX, apontando soluções para o problema das estiagens prolongadas. (FERREIRA, 1993, p.52).

Todos esses estudos apontaram a necessidade de elaboração de projetos de construção de grandes obras hídricas, como açudes, canais de irrigação, represas. Até a transposição do Rio São Francisco já era elencada como uma entre as soluções para aliviar as estiagens na região do Nordeste.

Essa concepção de que a seca se combate através da realização de grandes obras hídricas começa a ser questionada pelas entidades da sociedade civil organizada que, a partir dos anos de 1990, vem elaborando a proposta da convivência com o semiárido a partir de práticas de sustentabilidade que permitam se conviver com a terra e promover a dignidade daqueles que aqui vivem. Essa nova maneira de pensar a região diverge da necessidade de grandes construções hídricas, como a transposição do Rio São Francisco, que não seriam capazes de atender as necessidades de todos os habitantes da região. Além do mais, essas grandes obras hídricas poderiam, mais uma vez, serem alvo da manipulação e da apropriação, por grupos políticos dominantes na região, reeditando velhas práticas que se agrupavam e se protegiam sob os galpões da chamada “indústria da seca”.

As grandes obras hídricas, assinaladas como solução essencial no deslocamento da configuração do espaço dos sertões nordestinos afligido pelas secas, não gozam da unanimidade [de muitos autores e daqueles que se posicionam favoráveis a ideia da convivência], quando esses autores expõem suas consequências e, sobretudo, a apropriação que os grupos dominantes

fazem das políticas de gerenciamento dessas obras. (MOREIRA NETO, 2013, p.66)

Uma das maneiras que, segundo a ASA, é mais adequada para se construir formas de conviver com as estiagens é através da captação da água de chuva. Uma questão que se apresentou como um desafio para as entidades agregadas em torno da ASA e que trabalham os discursos e práticas de convivência. Desafio que carecia ser superado para a construção e a legitimação de um discurso que associa a sustentabilidade com a possibilidade de realização e aplicação das tecnologias e saberes. Assim, captar a água da chuva não é suficiente, sendo importante também compartilhar o conhecimento da utilização desses recursos.

Captar a água da chuva, construir reservatórios que escapem dos altos índices e disseminá-los em atividades de troca de saberes e produtos emergem dos discursos analisados. São enunciados que subsidiam a proposta de convivência com o Semiárido, onde a sustentabilidade tem se constituído, preponderantemente, com uma reação social e política à racionalidade econômica, que, ao longo dos anos, institui discursos e práticas sobre essa região, cartografando-a como improdutiva e humanamente inviável. (MOREIRA NETO, 2013, p.71)

E foi nesse pensamento de captar a água da chuva que surge a necessidade de uma tecnologia que fosse acessível a todos os sertanejos, chegando a todas as comunidades rurais e que possibilitasse o abastecimento de água para consumo humano durante os períodos de estiagens. Além disso, era importante que esses novos saberes estivessem aliados com a independência e autonomia das populações perante as políticas assistencialistas. As cisternas de placa surgem como essa possibilidade. Uma tecnologia desenvolvida pela ASA e aplicada na região semiárida brasileira, através do seu programa PIMC.

Mas o que é cisterna de placa? Como é construída?

[...] são reservatórios cilíndricos, construídos próximo à casa da família. Elas armazenam a água da chuva que cai no telhado e é levada para dentro da cisterna através de calhas de zinco e canos de PVC. A construção é de domínio dos agricultores e das agricultoras e de comprovada eficiência técnica. Os pedreiros, inclusive, são agricultores e agricultoras capacitados pelas organizações da ASA (Articulação Semiárido Brasileiro). [...]. Estas cisternas, que acumulam água para consumo humano, armazenam 16 mil litros, quantidade suficiente para uma família de 5 pessoas beber e cozinhar, por um período de 6 a 8 meses – época da estiagem na região. (ASA BRASIL, 2014a).

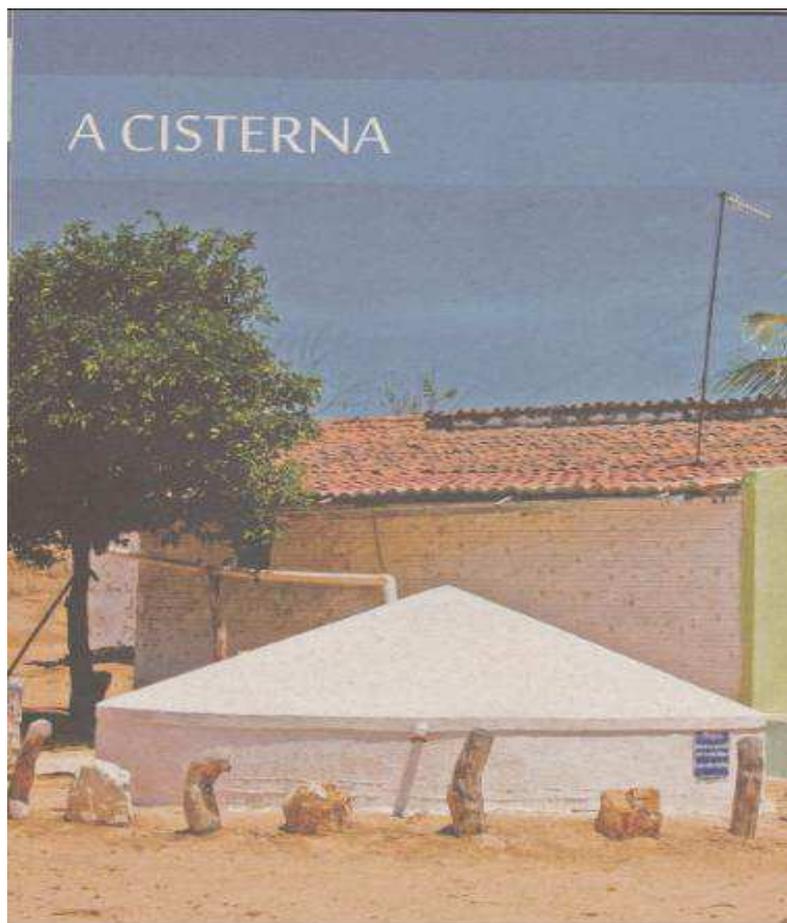


Figura II - Cartilha: Programa um milhão de cisternas, ASA.

A cisterna se torna eficiente instrumento político da sociedade civil organizada, no Semiárido Nordeste, quando alia sobrevivência e sustentabilidade, em que a água, fundamental para a vida humana, passa a ser acessível a todos, sem a humilhação dos socorros públicos e a manipulação dos caminhos pipas.

Mas onde e como surgiu cisterna de placa?

A cisterna de placa, que vem sendo construída nas regiões semi-áridas do Brasil para captação e armazenamento de água da chuva vem melhorando a qualidade de vida dos moradores. Essa cisterna foi inventada em 1955 por Manoel Apolônio de Carvalho, conhecido como Nel. Ele saiu do nordeste para São Paulo, onde trabalhou na construção de piscinas e aprendeu a utilizar placas de cimento pré-moldadas. Ao voltar para o nordeste construiu cisternas de placas de graça para alguns agricultores, que sofriam para conseguir água potável. Em pouco tempo as associações e povoados aderiram à novidade. Os bancos do município passaram a financiar a construção das cisternas. Nel ensinou aos moradores das comunidades. Essa técnica tem menor custo, menor tempo de execução, maior segurança no item longa vida, menores riscos de acidentes e não exige mão-de-obra qualificada por não utilizar o metro e o prumo. (CARVALHO, 2000)

Diferentemente dos antigos socorros públicos, o gerenciamento das cisternas, e de outros equipamentos e tecnologias, executados por entidades vinculadas a ASA, com recursos

próprios ou em parcerias com o governo federal e outros organismos, são de responsabilidade das comunidades organizadas em entidades e associações. Dessa forma, as políticas de convivência com o semiárido buscam estimular a participação política das comunidades e favorecer o protagonismo social e político quando defendem que as comunidades devem se apropriar de um saber, revertendo antigas formas e relações de poder que prevaleciam na região. Nesse sentido, as cisternas e outros equipamentos de convivência com as secas passam a encarar as estiagens como naturais e presentes na região, ou seja, um saber que não mais entende as secas como castigo. Também podem ser exemplificados como são elaborados outros saberes de valorização dos conhecimentos acumulados pela população, como os bancos de sementes que trazem toda uma carga de positividade sobre o que plantar, onde plantar e como guardar as sementes já adaptadas às condições de clima e solo do sertão.

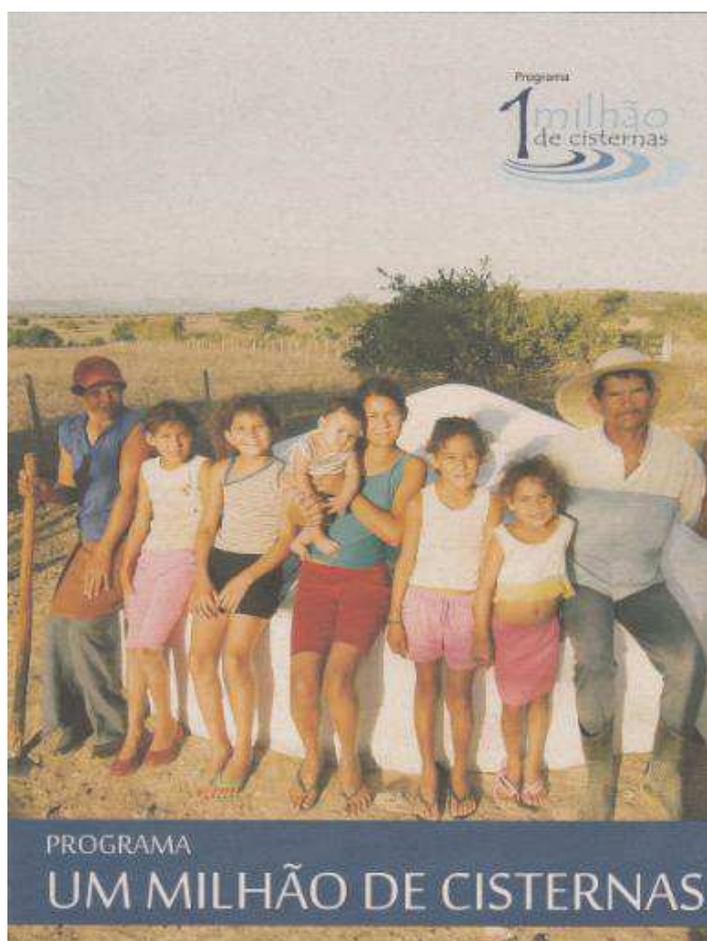


Figura III - Capa; Cartilha do Programa Um milhão de cisternas

Dessa maneira, os beneficiados do P1MC, segundo os parâmetros e requisitos da ASA, são famílias de agricultores familiares que sobrevivam do campo e, efetivamente, comprovem a necessidade do equipamento social. Para tanto, os requisitos são diagnosticados

através de comissões fundamentadas da ASA. Dentre os requisitos estão: “famílias com renda até meio salário mínimo por membro da família, que tenha perfil e o Número de Identificação Social(NIS) do governo federal e que residam permanentemente na área rural e não tenham acesso ao sistema público de abastecimento de água” (ASA).

Porém, a ASA e o programa PIMC, não apenas realizam a construção isolada e individualizada da cisterna, mas também propõem como um dos requisitos na aquisição da mesma, a participação dos beneficiados do programa, através de ferramentas de mobilização das comunidades. Simplesmente construir a cisterna não é o objetivo, mas consolidar conhecimentos e saberes, compartilhando experiências e informações no que concerne a convivência com o semiárido. O primeiro aspecto que vislumbra essa participação no programa acontece através das mobilizações dos “animadores” que trabalham junto a ASA, com os líderes de associações rurais e moradores das comunidades. A partir desse momento tem início um processo de conhecimento que se consolida com a seleção dos beneficiados.

Após essa primeira abordagem, um dos critérios que o programa PIMC estabelece é que as famílias beneficiadas participem do Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), que se trata de uma mobilização e participação das famílias em reuniões, oficinas e encontros onde são problematizados temas e questões como o uso de defensivos naturais em contraposição aos agrotóxicos, o uso da terra orientando a extinção das queimadas, apresentação da ASA a comunidade, definição do que é cisternas e as fases de construção e o manejo adequado da água. Esse aspecto torna-se essencial, sobretudo quando se considera que as cisternas, com capacidade para 16.000 litros, são para o uso exclusivo de consumo humano, beber e cozinhar.

A cisterna de placas é uma tecnologia simples, barata e de domínio dos agricultores. Ela vem da prática das comunidades e tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água. Com essa quantidade, uma família de cinco pessoas consegue ter água para beber e cozinhar durante a estiagem, que na região dura em média de 6 a 8 meses. (ASA, 2014)

O que se torna relevante não é apenas as questões técnicas que envolvem a construção das cisternas, mas sim o envolvimento das comunidades e assentamentos rurais em torno da mesma, através das mobilizações. Só é possível obter os resultados esperados pela sustentabilidade, a partir dessa inserção social de movimentos da própria sociedade. O manejo sustentável da água só se concretiza na adaptação e iniciativa das pessoas envolvidas. Ao se tratar a cisterna como símbolo de convivência considerando que é a partir dela que é possível compreender, de forma concreta e acessível, a sua importância.

Também é possível apreender que as cisternas, desde sua concepção como estratégia de convivência com o semiárido, até sua elaboração, construção e vivência pelas comunidades beneficiadas, desencadeia e favorece a construção de outras imagens sobre o sertão e sobre as secas. Imagens que vão desenhando novas maneiras de dizer e de ver esse lugar, expressas em músicas, como *Água da Chuva*, do compositor Roberto Malvezzi (Gogó), que expressa a positividade de viver no Semiárido, desde que se saiba como ter a água da chuva como interessante aliada dessa empreitada.

Água de chuva
Roberto Malvezzi

Colher a água
Reter a água
Guardar a água quando a chuva cai do céu
Guardar em casa
Também no chão
E ter a água se vier a precisão.
No pe da casa você faz sua cisterna
E guarda a água que o céu lhe enviou
E dom de Deus, e água limpa, e coisa linda
Todo idoso, o menino e a menina
Podem beber que é água pura e cristalina.
Você ainda vai lembrar dos passarinhos
E dos bichinhos que precisam de beber
São dons de Deus, nossos irmãos, nossos vizinhos
Fazendo isso honrara a São Francisco,
a Ibiapina, Conselheiro e Padre Cícero.
Você ainda vai lembrar que a seca volta
E vai lembrar do velho dito popular
E bem melhor se prevenir que remediar
Zeze os barreiros, os açudes e as aguadas
Não desperdice sequer uma gota d'água.

Roberto Malvezzi também aponta os aspectos estéticos que valorizam a beleza como outras possibilidades acionadas pela estratégia da convivência. A canção *Beleza Iluminada* é uma expressão dessa nova compreensão.

BELEZA ILUMINADA

(Roberto Malvezzi)

Eu tô falando é da beleza iluminada
Que no Sertão nasceu com jeito de menina
De madrugada ela segue pela estrada
Caminhando com leveza feita uma bailarina.
Nesse cenário que contém rara beleza
A lata d'água se equilibra na cabeça
E a menina segue esguia e retilínea
Juntando a delicadeza com a força feminina.

Ai, ai, ai, ai

A lata d'água naquele vai que num vai
Cai,cai, cai, cai
É obalanzo da cintura que balança, mas não cai (2x)
 E vai sonhando apesar das incertezas
 Que o sofrimento seja coisa do passado
 Que o seu corpo seja só luz e beleza
 Com seu gingo de passista e o jeito de princesa.
 Que o seu corpo fique leve, lindo e solto
 Libertado desse peso duro e morto
 A sua aura seja plena de alegria
 Para o amor que com certeza
 Ela encontrará um dia.

Como então, a partir das cisternas de placa que, atualmente, ornamentam os oitões de casas em inúmeras comunidades rurais pelos sertões nordestinos vem sendo construída, elaborada e vivenciada uma memória coletiva sobre a região, sobre a seca e as estiagens? E quais aspectos essa memória apresenta de uma imagem de dor e sofrimento que marcaram os sertões de antes? E, até que ponto, aspectos positivos e favoráveis, como os referenciados nas músicas acima, são enaltecidos e construídos como determinantes de uma nova maneira de dizer e ver a região?

Nessa perspectiva, os depoimentos de famílias que, beneficiadas com as cisternas usadas tanto na captação de água para consumo humano, como para o abastecimento animal e produção agrícola, irão, ou não, revelar o rompimento com os tradicionais laços de dependência costurados pelas políticas assistencialistas e pelos discursos de combate à seca? Como as novas práticas de sustentabilidade, sob o patrocínio da convivência com o semiárido, além de propiciar adaptação dos sujeitos sociais aos recursos naturais e conseqüentemente a viver em harmonia com o ecossistema, a acessibilidade ao saber e a uma contextualização dos conhecimentos, com a participação ativa das comunidades rurais, promove também a dignidade ao homem do campo deixando de ser coadjuvante e passando para o papel de protagonista na construção desse novo saber sustentável?

São questões para as quais o próximo capítulo busca respostas ao tentar montar a elaboração de uma memória coletiva sobre a seca e a convivência tendo como referência depoimentos de moradores do Assentamento Santo Antônio, no município de Cajazeiras, na região do Alto Sertão Paraibano.

3 AS CISTERNAS REINVENTANDO A VIDA E CONSTRUINDO OUTRAS MEMÓRIAS

Como a experiência da vida em um assentamento rural situado no Alto Sertão Paraibano, em plena região do Semiárido Brasileiro, cria uma memória sobre a seca sem os traços da fome, da tristeza, da miséria, da saudade tendo como referência a operacionalização de práticas e vivências tidas como de convivência com a seca, a exemplo das cisternas de placa?

As respostas a esta interrogação carece, porém, de uma breve caracterização histórica e espacial da localidade. Encravado no município de Cajazeiras, o Assentamento Santo Antônio apresenta um clima seco e alternâncias de precipitações, com incidências de chuvas esparsas. Situado as margens da BR 230, o Assentamento se divide em duas agrovilas e surge como decorrência da desapropriação da Fazenda Santo Antônio

(...) desapropriada pelo o INCRA em 1997, tornando-se o primeiro assentamento rural da microrregião de Cajazeiras, e foi um marco inicial do processo de desapropriação em outras comunidades rurais do sertão. Diferentemente de outros assentamentos, as 32 famílias assentadas na Fazenda Santo Antônio já viviam nas suas dependências, na condição de trabalhadores rurais, ocorrendo no Assentamento à permanência dessas famílias, e não a ocupação do lugar por trabalhadores vindos de outras localidades, como na maioria dos demais assentamentos rurais. Assim ocorrendo a permanência desses pequenos produtores na área após ser desapropriada passando por adaptações e conflitos à nova realidade, ao passarem de meeiros para proprietários da terra. (FREITAS; LINHARES; MEDEIROS: 2012, p.5).

Atualmente vivem no Assentamento Santo Antônio, segundo dados organizados pela Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano³ (CAAASP), 49 famílias dentre as quais 32 são oficialmente assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As demais, 16, situam-se na classificação de dependentes e agregados (filhos de assentados) que esperam uma reconfiguração do INCRA que possibilite que eles assumam a condição de assentados.

³ A CAAASP, sediada na cidade de Cajazeiras, congrega 31 assentamentos rurais distribuídos em 18 municípios do Alto Sertão Paraibano.



Figura IV - Assentamento Santo Antônio. Foto: O autor

No universo das 49 famílias que vivem no assentamento, apenas 13 não tem cisterna de placa em suas casas. A presença desse equipamento social nos oitões das casas funciona não apenas como um artefato para o acúmulo da água da chuva, mas tem também uma significação no campo simbólico e imaginário ao elaborar uma memória positiva da seca.

A cisterna se transformou em um símbolo do Semiárido brasileiro. Não um daqueles símbolos tradicionais, manjados e perversos que vemos na tela da TV e páginas dos jornais e revistas de grande circulação. Não estamos falando de galhos retorcidos e carcaças de animais, tampouco solo rachado. Estamos falando de um símbolo positivo, que significa estruturação, adaptação a uma realidade a qual, se possui as suas mazelas, ao mesmo tempo exibe muitas riquezas e potencialidades. (ASA, 2014, s/p).

Uma memória que vai sendo elaborada no cotidiano dos assentados e, nesse percurso, como decorrência de suas práticas sociais, políticas, culturais. Práticas que situam as cisternas e todo o significado que elas representam e sintetizam, como um elemento bom, positivo, dignificante.

3.1. Depoimentos de uma memória: lembranças e vivências dos assentados da seca ao surgimento da cisterna de placa

Para elencar a visibilidade das vivências do que foram as estiagens ou as secas, nas regiões semiáridas, em contraponto as novas práticas de convivência e sustentabilidade através das cisternas de placa, é importante apreender como os sujeitos sociais, através de suas falas, do seu olhar, das suas reações e das suas expectativas em relação a essas diferentes possibilidades, elaboram uma memória das secas, na contemporaneidade, tomando por

referência as cisternas de placa que já compõem a paisagem de suas casas e de seu imaginário de espaço e de história de vida.

Nesse sentido, o Assentamento Santo Antônio se torna uma localidade propícia para esse exercício de elaboração de uma memória da seca ao considerar que um significativo número de famílias ali residente conta com o equipamento da cisterna de placa e que, apesar de disporem de outras formas de acesso a recursos hídricos, veem a cisterna como a forma mais adequada e importante, pois o seu abastecimento depende unicamente da captação da água das chuvas e o seu gerenciamento e manejo dependem exclusivamente das ações dos seus proprietários.

A construção de uma memória positiva sobre as secas também funciona como uma maneira de esquecer, não para apagar as secas como fome, degrado, mas como prática cultural, social e política que anulava a cidadania e o protagonismo. Lembrar as secas pela perspectiva positiva das cisternas de placa e, em decorrência, das propostas definidas pela ideia da convivência, encontra apoio no argumento de RICOEUR (2014, s/p) quando afirma que “graças ao trabalho de memória, completado pelo de luto, cada um de nós tem o dever de não esquecer mas de dizer o passado, de um modo pacífico, sem cólera, por muito doloroso que seja”



Figura V - Imagens do Semiárido e risos das secas como boas lembranças
Fonte: ASA BRASIL, 2014b

Mesmo com toda positividade que as cisternas imprimem nas memórias presentes da seca, as falas ainda revelam uma lembrança, construída historicamente, e formulada como penúria, sofrimento.

Eu me lembro de 1970 que foi uma seca muito grande depois teve aquela de três a quatro anos, de 1981/82/83 e 1984, (...) foram cinco anos sem chover era só neblina. Eu morava lá no Santo Antônio de cima e o açude de lá secou, e a gente fez cacimba, tomava água de cacimba, lavava roupa puxando a água da cacimba, a água era boa pra beber, nós lavava roupa distante da cacimba pra não contaminar a água, não tinha água no açude, secou na barragem e no açude, tinha dificuldade, saia gente não pra longe, mas saia, só ficava as mulheres em casa e as crianças. E foi todo mundo trabalhar em Bonito de Santa Fé, na emergência, era ajuda do governo. (Entrevistado 4)

As memórias das secas remontam um cenário de sofrimento e anulação humana, onde o homem se vê lançado a própria sorte, sem expectativas, utilizando-se de recursos limitados e temporários como exemplo as cacimbas, para se adaptar e sobreviver as épocas de estiagens, que se prolongavam, como os cinco anos sem chover relatado pelo entrevistado 4. A migração para outros lugares está também evidente, em que, na procura por melhores condições de vida, e na busca do alimento, os homens se deslocavam para as frentes de emergências do governo, no objetivo de conseguir algum recurso para o sustento de sua família. Nessas frentes de emergência trabalhavam em obras governamentais (construção e recuperação de estradas e construção de açudes) em troca de alimento e dinheiro, para pelo menos obter a subsistência de sua família e atenuar os efeitos das épocas de crise.

A retirância como única estratégia de sobrevivência está presente também nas memórias negativas das estiagens elaboradas pelos entrevistados.

Eu ia pro Maranhão vendendo o que era de jumento e gado se não morria tudo de fome. Nós juntava de oitenta a cem animais e ia pro Maranhão pra vender. A água pra beber nunca faltou mas a água era ruim, a gente fazia uma cacimba hoje, mas amanhã não prestava mais, ai tinha que furar outro, eu vi esse açude seco sem um pingo de água. (Entrevistado 5)

As migrações ocorriam não somente em busca de ajuda do governo. Também as condições de vida na região nas épocas secas não propiciavam o plantio, nem a criação de animais, que sofriam bruscamente os efeitos da estiagem, já que seu alimento se encontrava escasso e água insuficiente para a sobrevivência. Uma das imagens que transcendem ao estereótipo da região Nordeste, divulgado pela mídia, é exatamente a carcaça dos animais, do gado que sem alimento e sem água, não tinha outro destino. Portanto, aos homens da região semiárida restava como estratégia de sobrevivência as grandes e longas viagens para se

desfazer dos animais de criação, vendendo-os em outras regiões e, com os poucos recursos obtidos dessas transações adquirir gêneros alimentícios para as famílias.

Essas imagens elaboradas através das falas constroem uma memória triste e excludente das regiões semiáridas especificamente no campo, pelas dificuldades de sobrevivência, pela escassez de recursos hídricos e pela ausência de tecnologias de captação de água para o consumo que fossem acessíveis a todos.

O Entrevistado 7 constrói a imagem das secas associando-a a migração e a falta de formas de captação de água mais adequada.

Antigamente a gente sofria muito quando existia período de estiagem grande, que não chovia e por conta que não tinha os reservatórios de água para guardar, e não tinha onde armazenar, e logo a água dos riachos se acabavam e ficava mais difícil, pegávamos água do açude. Meu pai a vida inteira trabalhou fora, porque aqui não tinha como criar a família por conta da dificuldade, e eu também foi um dos que tive que sair em 1999, eu tive que ir pra São Paulo, passei um tempo lá depois retornei e até hoje graças a Deus a gente tá vivendo, nunca recebemos ajuda do governo naquele tempo. (Entrevistado 7)

Além da migração, outro aspecto ressaltado na fala do Entrevistado 7 é a carência de outros meios de armazenar água da chuva: “[...] logo as águas dos riachos se acabavam e não tinham onde armazenar”. Esse trecho da fala do entrevistado evidencia como não bastava apenas ter as chuvas, mas também um conhecimento sistematizado e apropriado pelos sertanejos. Era necessário ter novas tecnologias para guardar a água da chuva, sobretudo, aquelas que sofressem menos impactos e incidência dos processos da evaporação. Tecnologias que chegassem ao pequeno agricultor de forma a atender a demanda, evitando que esse abandonasse o trabalho do campo por um período para buscar água. A cisterna, na fala do entrevistado, é definida como um engenho que, além de captar, de forma eficiente, a água da chuva, armazena essa água com mais segurança para o consumo humana, com garantia de segurança alimentar. Questões que estão inseridas nas preocupações das entidades e dos sertanejos hoje produtores de uma memória positiva das secas.

Na sequência memórias elaboradas hoje pelos sertanejos, a partir das falas dos assentados entrevistados, é perceptível que o surgimento da cisterna e sua presença vem elaborando uma outra memória das secas. A positividade dos adjetivos como beleza, traduz a elaboração de uma memória positiva sobre as secas, apagando o sofrimento e as dores e não mais forçando os homens ao degredo.

O entrevistado 5 elabora uma memória sobre a cisterna como um presente dos céus, ou seja, como forma de pensar o espaço do sertão não mais como castigo, mas como esperança, como uma vivência possível.

Hoje tá uma riqueza, a água pego da cisterna o ano todinho. Todo dia eu digo aqui, que tomara que o cabra que fez a cisterna num morra nunca. A água aqui perguntam de onde ela é, porque é boa ai digo que é do céu da chuva (risos). A minha cisterna é cheia. Aqui a água da cisterna é só pra beber e mais nada, se num tivesse a cisterna eu ia beber do açude grossa e nesse ano tiraram uma análise e disse que não dava mais pra beber.

A cisterna então gera um olhar de esperança no semiárido, em detrimento àquela visão de seca, àquela imagem de uma região sem vida, desértica, ocasionado pelas longas estiagens. Uma nova paisagem imagética onde é possível viver através dos pressupostos da sustentabilidade, da convivência com o semiárido. A partir desse novo olhar vai se instituindo um saber que considera a cisterna um objeto de importância para os sujeitos sociais que dela dependem, como um elemento que reduz o sofrimento e a incerteza de não encontrar água de qualidade para o consumo. Além do mais a existência das cisternas não obriga mais ao exercício cotidiano de longas caminhadas tangendo jumentos ou com latas d'água na cabeça.

Pra beber temos ainda a cisterna, pra os outros gastos a gente pega do açude mesmo. A cisterna é muito importante ter a água no seu terreiro e isso facilita muito, porque a gente tinha que andar até quilômetros atrás de água no jumento e isso tomava muito tempo as vezes até a manhã toda, a gente ficava sem trabalhar por conta que a gente tinha que pegar água. (Entrevistado 7)

A cisterna aparece também como solução para o fim da migração mudando o estigma de “coitadinho”, de “flagelado”. Ao redor das cisternas começa a ser elaborada uma memória positiva, que finca os homens no sertão, mesmo quando as estiagens ocorrem. Um tempo de arribação começa a ser trocado por um das raízes fincadas no lugar. “Se não tivesse cisterna eu era obrigado a ir embora, a deserdar, porque a água do telhado já entra pra dentro da cisterna. (Entrevistado 1).

A cisterna se apresenta então como outra memória da seca, um elemento positivo, que reduz a migração e evita que os homens virem “arribações”, que possibilita o homem a ficar na sua terra, exercer suas atividades, de estar presente na sua família. Uma maneira de dizer um lugar sem dores e sofrimentos, mesmo quando a “tristeza da seca” tinge o sertão de cinza.

Hoje a gente ta sofrendo período de seca, chuva mesmo pra encher nossos mananciais, a gente não ver mais, e se não fossem as cisternas construída pelo governo federal, acredito que não existia mais pessoas morando aqui, na nossa região, todos teriam migrado pra outros lugares. (Entrevistado 7)

Outro aspecto a ser elencado está na cisterna como um símbolo que quebra a dependência política, onde os sujeitos sociais se tornam senhores das duas ações, cria-se um olhar de independência. A cisterna constrói uma memória associada ao protagonismo social dos indivíduos ao possibilitar que se tenha água de qualidade no terreiro de casa para beber e não mais se tenha que esperar a boa vontade governamental. Em suma rompe-se a dependência, quebra-se com o clientelismo (produzido pelo discurso de seca), e se institui outra forma de ver a realidade, outra realidade que vai produzindo uma memória coletiva sobre as secas e seus desdobramentos. A exemplo dessa nova memória, que rompe com as ações antigas de dependência, o entrevistado 4 diz: “E tem água. Se Deus quiser até chegar o inverno de novo. E se não tivesse a cisterna eu ia depender do governo como tem muitas famílias aí”.

As cisternas quebram a dependência política e promovem a autonomia. Como ficam expressos nas falas dos entrevistados, com as cisternas eles não mais são obrigados a depender do “carro pipa ou ter que sair em busca de águas em lugares incertos”.

A cisterna, só usamos pra beber e cozinhar já que a água do açude é imprópria para o consumo. Sem a cisterna estaríamos aí esperando um carro pipa de água quando viesse ou já tinha indo embora a procura de água por aí. (Entrevistado 7)

Aí meu Deus se não tivesse a cisterna, era muito difícil tava esperando que o carro pipa tivesse vontade de vim deixar um pouco de água. A gente tinha que comprar tambor essa coisas pra gente armazenar a água. (Entrevistado 4)

3.2. Cisternas como memórias do fim do assujeitamento e da dependência

Além de evidenciar as cisternas como construção de uma memória positiva que apaga o sofrimento das secas, fica evidente nas falas citadas que, através da cisterna se constrói uma memória de independência, que a partir da cisterna, os sujeitos sociais não se acham mais dependentes da ajuda “viciada” do governo com suas ações temporárias, que só reforçavam esses laços de dependência, caracterizada pelo que foi a chamada indústria da seca.

A beleza maior da cisterna não é apenas ter um meio de guardar água da chuva. O significado maior dela é o protagonismo que ela proporciona aos agricultores e agricultoras, uma vez que seu processo de implementação é participativo desde o primeiro instante. Da mobilização e construção, passando pelas capacitações, que valoriza e fortalece o saber das comunidades, a cisterna é um verdadeiro instrumento de fortalecimento da agricultura familiar. O alicerce, que garante a necessidade mais básica de todo ser humano, a água para matar a sede... (ASA: 2014, s/p).

Nesse sentido, a cisterna não gera somente o aspecto de sobrevivência, como captação de água potável, mas também através dela recupera a autoestima do homem do campo, como não mais dependente das ajudas governamentais (como as cestas básicas, os carros pipas, as frentes de emergências, etc.). Com a construção das cisternas também começa a ser construída uma memória social assentada na ideia de autonomia, do controle das próprias ações, criando, assim, um campo político desenhado pela dignidade humana.

Graças a Deus minha cisterna, até hoje, nesses três anos de seca, nunca secou pra rachar. Todo ano ela pega uma água e dar pra beber. A maior riqueza da minha vida foi essa cisterna aqui no assentamento, muito importante. A gente só usa pra beber e cozinhar. Se não tivesse cisterna ia buscar a água com lata na cabeça no açude que está secando. A água está diminuindo. Sem a cisterna a gente tinha que beber a lama do açude. (Entrevistado 3)

A cisterna apresenta-se não somente como objeto de captação e armazenamento de água, mas ela produz um conhecimento, um saber, ou seja, novos dizeres passam a ver o sertão não mais como saudade, êxodo, fuga, mas como lugar de viver, de ter água “boa” para consumo humano. Portanto, a construção das cisternas desencadeia um processo político interessante quando os sujeitos tomam consciência da utilização da água nas épocas de estiagens. Além disso, a cisterna se torna um elemento que está sob o controle das pessoas, elaborando e assumindo um caráter pedagógico e um espaço de educação política.

Temos a cisterna de placa que foi um dos melhores projetos que o governo trouxe pra gente. A água pra beber é da cisterna. E hoje pra mim é importante e combate muito a falta de água. Havia encontros e nos encontros passava como era pra usar a cisterna, a chuva esse ano você sabe que foi pouca, mais faltou pouca coisa pra sangrar. São 16 mil litros de água, e a gente tem um pouco de controle, a gente só usa ela para o consumo humano. (Entrevistado 2)

Essas elaborações reforçam uma memória da seca, a partir das cisternas, também com o lado positivo da aprendizagem política e, dessa forma, do protagonismo dos sujeitos sociais. É o que afirma o entrevistado 4 quando reforça o uso consciente da cisterna: “Hoje não está tão difícil como antes. Porque hoje a gente tem cisterna. Tenho cisterna, que é só pra beber e cozinhar”.

As cisternas aparecem também como traços importantes na definição de uma memória das secas construída a partir de elementos comunitários como a partilha e a divisão de bens considerados da natureza e, portanto, dons de Deus.

Hoje tenho água na cisterna. Para mim foi uma coisa muito boa. Tanto é que a cisterna é para aqui para casa, e para a casa de mais duas vizinhas. Serve pra minha filha e outra vizinha. Oito pessoas vivem dessa cisterna. E só usa

pra beber e cozinhar. A cisterna, quando Deus dá chuva, enche que sangra. (Entrevistado 4).

A construção de uma concepção diferente da seca enquanto sofrimento é superado por uma compreensão de que é possível guardar água da chuva e, assim, assegurar o abastecimento humano com autonomia.

Portanto, através das falas daqueles que são sujeitos sociais e protagonistas das ações e práticas reacionárias de sustentabilidade nas regiões semiáridas, é possível compreender como as cisternas de placa, a partir da sua construção, modificam o olhar e o saber dos habitantes do Semiárido Brasileiro, tomando como referência o Assentamento Santo Antônio, como reelabora o seu cotidiano, que se torna perceptível até nos recantos da zona rural. Esta reelaboração do saber e pensar o semiárido constrói uma identidade que se caracteriza pela consolidação da participação e do protagonismo. Como, através das cônicas cisternas se ensaia o resgate da dignidade, tangendo para longe os estigmas de flagelados e “coitados”, construídos pelos tradicionais discursos de seca. As novas imagens que se personificam sobre o semiárido, semeiam adjetivos como o belo, o bonito, como um local de vivências e de lazer, que através das práticas de convivência, desenharam uma nova moldagem, um novo olhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Semiárido Brasileiro enquanto uma classificação natural pode ser definido como uma região marcada pelo baixo índice pluviométrico, com baixa incidência de chuvas em períodos cíclicos caracterizando as estiagens. No entanto, enquanto um espaço histórico, o semiárido e, conseqüentemente, suas estiagens, foram, desde o final do século XIX, apresentados como elementos que, manipulados politicamente, definem uma região como de difícil vivencia e que, ao longo dos anos, ficou evidenciada no discurso imagético como região problema. Discurso elaborado, sobretudo, por grupos políticos tradicionais e oligárquicos, através de diversas expressões, como a política, a administração, a música, a mídia.

Uma imagem que, nas últimas décadas, começa a ser suplantada por outras concepções e formas de ver e dizer esse espaço. Uma nova maneira que começa a ser desenhada nas práticas sustentáveis elaboradas por entidades de organização civil e que vão desenhando uma nova imagem do semiárido a partir da proposta de convivência, natural e política, com a semiaridez.

Compreender uma nova imagem que se contrapõe àquela que foi perpetuada por várias décadas, não é uma tarefa fácil. Uma possibilidade de apreensão dessas novas elaborações se apresenta quando a memória se permite, através das vivências, reelaborar essa nova imagem. Também é relevante destacar o fato de que a modificação desse espaço social só é possível a partir das transformações concretas que afetam os sujeitos, bem como suas ações e práticas. Ações e práticas que, numa conceituação historiográfica, podem ser classificados de fatos históricos e, portanto, produções humanas na sua interação com o meio. Dessa forma, a mudança dos discursos introduzidos na região semiárida só se concretiza através das práticas difundidas nesse espaço, no viés da sustentabilidade e da convivência.

O uso da cisterna de placa é uma das tecnologias inseridas nas regiões semiáridas, não se trata apenas de uma construção de cimento, mas sim uma ferramenta pelo qual se constrói um novo saber e introduz novas práticas sustentáveis de convivência.

As falas dos entrevistados evidencia a importância da cisterna de placa nos seus terreiros, que nela está guardada não somente a água de chuva, mas um conhecimento, um novo saber, que permite não só o abastecimento das necessidades humanas, mas permitem também um autoconhecimento como ser social atuante, elaborando uma nova perspectiva de viver o semiárido. Ou seja, uma nova identidade que dignifica o homem antes vivendo a mercê dos fenômenos climáticos e do assistencialismo do governo.

Pode-se apreender que a elaboração de uma nova perspectiva de olhares sobre e no Semiárido não está presente somente nos discursos propagados pelas entidades, mas está ainda mais consistente nas falas dos sujeitos. Está naquele que realmente viveu os sabores das dificuldades nas épocas de grandes estiagens e, portanto, vivendo seu protagonismo, assume e se apropria dos saberes e dizeres sobre ele mesmo e sobre seu mundo. Enfim, passam a serem construtores e operadores de suas histórias e, portanto, de suas memórias.

[...] o Homem é concebido como sujeito ativo, autor de seu próprio ser, seja destinado à revolução, à liberdade ou à conquista da natureza. É no interior de um projeto em que seu ser deve se realizar que o Homem se revela como sujeito, construindo-se a si próprio. (BRUNI, 1989, p. 200. *apud* PEZ, 2008).

Portanto, é possível visualizar que o homem não mais está assistindo, de maneira passiva, as mudanças ocasionadas no seu espaço de vivência, como nas épocas anteriores, quando se construíram os discursos sobre a seca. Ao contrário, se posicionam não apenas como protagonistas das novas práticas, mas se entendem como sujeitos ativos. E, assim, vão elaborando memórias positivas que, não mais devem ser esquecidas como sofrimento, tristeza, mas revividas como potencialidades de viver e de protagonizar a própria vida em seu espaço.

Em suma, as cisternas de placa e todo o imaginário que elas estão produzindo sobre o sertão trazem ainda como decorrência uma memória dos sujeitos sociais que se assumem como protagonistas de suas ações e de suas práticas cotidianas. Um protagonismo que se expressa nas falas dos assentados do Assentamento Santo Antônio, que, na reelaboração de suas vivências, elaboram novos dizeres sobre a autonomia de ter uma cisterna no oitão de casa e não mais depender de um carro pipa, de uma cesta básica ou de uma frente de emergência para sobreviver às estiagens. As novas imagens que as cisternas desenham na memória dos sertanejos mostram o Semiárido a partir de outras adjetivações, positivadas como belas, bonitas, prazerosas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **Falas de astúcias e de Angústia: a seca no imaginário Nordeste (1877-1922)**. Dissertação de Mestrado em História. Campinas, Unicamp, 1988.

_____. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, p. 111-120, 1995.

ASA. Articulação do Semiárido Brasileiro. **Caminhos para a Convivência com o Semiárido**. 19.ed. ASA, 2014.

_____. **Programa um milhão de Cisternas**. ASA, 2014.

_____. **Cisterna acumula água suficiente para um período de no mínimo 6 meses**. 2014a. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Includes/VersaoImpressao.asp?COD_CLIPPING=2144>. Acesso em: 01 ago. 2014.

_____, **PIMC**. 2014b. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1150>. Acesso em: 2014.

CARVALHO, Manoel Apolônio de. **O inventor das cisternas de placa**. Agroecologia em Rede, 2000. <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=166>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

COIMBRA, Assis. **A seca, só quem “viveu” sabe**. BLOG: Eu Canto e Conto Cordel. Disponível em: <<http://eucantoecontocordel.com/a-seca-so-quem-viveu-sabe/comment-page-1#comment-618>>. Acesso: 17 jul. 2014.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 347p.

FEREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A Paraíba na Primeira República; O nascimento da Indústria da Seca. In: **Raízes da Seca**. O caso da Paraíba. João Pessoa; Editora da UFPB, 1993. P. 18-74.

FREITAS, Janierk Pereira de; SILVA NETO; Manoel Ferreira da; FREITAS, Francisco Eduardo de; LINHARES, Erika Juliana; Medeiros, Monalisa Cristina Silva. Análise do Uso e ocupação do solo no assentamento Santo Antônio no município de Cajazeiras-PB, artigo pela **Revista Eletrônica do Curso de Geografia- Campus Jataí- UFG, Graduação e Pós Graduação em Geografia**, 2012.

GRUPO ACQUA. **Polígono das Secas**. Notícias, 2011. Disponível em: <<http://redeacqua.com.br/2011/03/poligono-das-secas/>>. Acesso em: 06 set. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **La Memorie Coletive**. Paris: Presses Universitaires de France, 1950. 2. ed., Tradução Brasileira: São Paulo: Vértices e Revistados Tribunais, 1990.

VANDERLEI, Silva; HENRIQUE SILVA, Maciel. In: **Dicionário de Conceitos Históricos** – Ed. Contexto – São Paulo; 2006.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios), Tradução de: Stória e memória.

LIRA, Maria Thaize dos Ramos; MOREIRA NETO, Mariana. **Discursos sobre convivência com o semiárido:** invenções e dispersões, UFCG/PIBIC/CNPq, 2013.

MALVEZZI, Roberto, **Semi-árido - uma visão holística.** Brasília: Confea, 2007.140p. (Pensar Brasil).

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

MOREIRA NETO, Mariana. **Outro Sertão:** fronteiras da convivência com o semiárido. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

OLIVEIRA, Mariana Willendorff da Costa; FORTUNATO, Maria Lucinete; MOREIRA NETO, Mariana. **Imagens do Semiárido nos discursos da Convivência.** PIBIC/CNPq/UFCG, 2010.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Seca e Determinismo:** a Gênese do Discurso do Semi-árido Nordeste, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ, 1999.

RICOEUR, Paul, 1913. **A memória, a história, o esquecimento/** Paul Ricoeur – tradução: Alan François [et al]. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007. Tradução de: La mémoire, l'histoire, l'oubli.

_____. **Memória, história, esquecimento.** Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia>. Acesso: 08 set. 2014.

SÁ, Almir de Moraes; FORTUNATO, Maria Lucinete; MOREIRA NETO, M **convivência com o semiárido na Paraíba:** políticas públicas, autonomia e desenv sustentável. PIBIC/CNPq/UFCG, 2008.

ANEXOS

ANEXO I - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Qual seu Nome? Idade?
2. Quanto tempo mora no assentamento?
3. Antes morava onde?
4. Se era morador ou dono da terra?
5. Você lembra de períodos de seca?
6. Como vocês enfrentavam esses momentos de seca?
7. E a água? Como conseguiam? Seja água de beber, como para os animais e outros usos?
8. E o trabalho, em tempos de seca, vocês iam para onde fazer o que?
9. Nesses momentos de estiagem(seca), vocês recebiam ajuda do governo?
10. E hoje, como você está enfrentando esse período de seca?
11. E a água para beber e para o consumo hoje, como estão conseguindo?
12. Você tem cisterna em casa?
13. Ela é importante para sua família? Porque?
14. A cisterna mudou sua vida? Como?
15. E nas estiagens, como ela é utilizada?
16. E se vocês não tivessem cisternas o que fariam?

ANEXO II - ENTREVISTAS

Entrevistado 1

“José Correia de Araújo tenho 70 anos, faz 17 anos que moro no assentamento. Antes morava no sitio Serrote Branco onde eu era morador. Vi seca em 1970, 1952, 1956, 1982 e 1983, essas épocas de seca a gente enfrentava porque Deus é grande, a água mesmo antes existia, mas agora está faltando mais. Em 1958 eu trabalhei na emergência e fui para a Brasília porque aqui estava difícil, e esse assentamento só foi acontecer de 1998 para cá, e não recebia muita ajuda do governo, mas recebia salário família nesse tempo. Hoje a seca é grande porque a água é pouco, a água mal dá, mas hoje pego água um pouco do açude do assentamento, agora água pra beber pego da cisterna, tenho uma cisterna, e a cisterna é muito importante. Antigamente a água era só o açude mais não era boa pra beber, se não tivesse cisterna era obrigado eu ir embora né deserdar, porque a água do telhado já entra pra dentro”

Entrevistado 2

“Francisco das Chagas Pedro, 58 anos. Eu nasci e me criei aqui no assentamento Santo Antônio, antigamente era dos Galdino mas depois passou pra assentamento né. Desde pequeno morava aqui foi o tempo que conheci minha esposa, que ela é filha de Chico Galdino ai casei, passei um tempos lá e depois foi o tempo que surgiu o assentamento e vim pra cá, antigamente eu era morador porque meu pai era morador e meu avô era gerente, antigamente dos Galdino que depois passou assentamento, onde passei a ser dono da própria terra. Eu me lembro que eu era rapazinho uma base de 15 anos em 1970 eu alcancei tempo de seca, eu nasci em 56, a seca que eu alcancei foi a de 1970 de 1983 e essa de agora. Antigamente a gente tinha um açude e tinha uma barragem do Zé dias, a gente tinha vazante pra plantar feijão batata e milho, e usava para beber e tudo, a gente ficava por aqui mesmo, mas meu pai trabalhou em 1970 tinha um caminhão, e ele trabalhou na região do Boqueirão que era os Cochos antigamente, que hoje é Valdeci Santiago, lá ele fez vários açudes da firma Galdino Pires, e a gente ficava em casa mas ficava trabalhando, a gente tinha a nossa vazante mas graças a Deus com o pouco a gente tava trabalhando. No tempo de governo Burity, tínhamos um pedacinho de terra no Zé dias, era no tempo das propriedade, cada cá trabalhava na sua própria propriedade, e passamos a trabalhar na terra que a gente tinha, nós estamos enfrentando seca porque a água está cada vez mais difícil, eu nasci e me criei aqui nunca vi uma situação do açude assim como meu pais alcançou, mais eu mesmo, não alcancei, o que estou vendo hoje. Mas com toda dificuldade nós temos a água encanada do açude, temos a cisterna de placa q foi um dos melhores projetos que o governo trouxe pra gente, a água pra beber é da cisterna, e hoje pra mim é importante e combate muito a falta de água. Havia encontros e nos encontros passavam como era pra usar a cisterna, a chuva esse ano você sabe q foi pouca, mais ficou pouca coisa pra sangrar, são 16000 litros de água e a gente tem um pouco de controle, a gente só uso ela pro consumo humano as vezes quando a agua tá pouca q gente tem que cozinhar usa do açude, mas da cisterna de placa a gente não vai desperdiçar né, eu mesmo quando cheguei no assentamento ia buscar água na carroça carro de mão na barragem do Santo Antônio, pra durante a semana abastecia pra tomar banho essas coisas, se não tivesse a cisterna ia ter que buscar lá mesmo.”

Entrevistado 3

“Meu nome é Aldeide Pedro de Araújo, tenho 57 anos, faz 15 anos q moro aqui, mas antes morava na Vaca Morta, morava na casa de meu pai. Lembro de períodos de seca, mais não lembro dos anos, naquele tempo a gente buscava água no jumento da cangaia, nas latas, morava na vaca morta e vinha buscar aqui no açude santo Antônio quando o açude de lá secava, a gente vinha buscar no daqui, uns 2 km de distância. A água ficava pro gasto, lá tinha um poço mas não prestava pra beber, e a gente vinha buscar nesse outro açude que era melhor, água de poço nunca presta né. Nós no tempo difícil, recebia aquela cesta básica do governo, que vinha arroz feijão óleo vitamilho macarrão que não era nem por mês era dois três mês que vinha aqui. Hoje a falta de água tá, alimento não falta não porque alimento é mais fácil de conseguir agora a água ta difícil, a água pra beber graças a Deus minha cisterna até hoje nesses três anos de seca ela nunca secou pra rachar, todo ano ela pega uma água e dar pra beber, a maior riqueza da minha vida foi essa cisterna aqui no assentamento, muito importante, a gente só usa pra beber e cozinhar, limpeza a gente faz, se não tivesse cisterna ia buscar a água com lata na cabeça eu acho, a água ta pouca o açude ta secando e água ta diminuindo, tinha que beber a lama do açude né.”

Entrevistado 4

“Maria do Socorro Ferreira, 77 anos, nasci e me criei aqui, não era propriedade particular era dos Pires, onde eu era moradora, hoje sou dependente. Eu me lembro de 1970 né que foi uma seca muito grande depois teve aquela de três a quatro anos, de 1981/82/83 e 1984, veio ter inverno em 1985 foi tanta chuva que Deus mandou, que a barragem transbordou por cima da estrada, a barragem do Santo Antônio, foi cinco anos sem chover era só neblina né, eu morava lá no Santo Antônio de cima e o açude de lá secou, e a gente fez cacimba, tomava água de cacimba, lavava roupa puxando a água da cacimba, a água era boa pra beber, nós lavava roupa distante da cacimba pra não contaminar a água, não tinha água no açude, secou na barragem e no açude, tinha dificuldade, saia gente não pra longe, mas saia, só ficava as mulheres em casa e as crianças. E foi todo mundo trabalhar em Bonito de Santa Fé, na emergência, era ajuda do governo, que era trabalhando, ai recebia por quinzena lá uma mixaria mas na época dava pra gente se virar, mandava alimento pouco, mais mandava, quem tava trabalhava lá né, a emergência, que recebia pra lá, faziam estrada, cacimbão, era o governo acho que pra sustentar né a crise, na época era mais trabalho Manual. Hoje num ta tão difícil como antes não, porque hoje a gente tem cisterna ainda tem um pouco de água no açude, tenho cisterna, que é só pra beber e cozinhar, porque ainda tem água do açude que se coloca na caixa do banheiro e dá. Pra mim a cisterna é tudo, tenho tanto ciúme dela, tenho mais ciúme dela do que de meu filho, hoje tenho água na cisterna, pra mim foi uma coisa muito boa, tanto é que é para aqui pra casa, e pra casa de mais duas vizinhas, serve pra minha filha e outra vizinha, oito pessoas vive dessa cisterna, e só usa pra beber e cozinhar, pra lavar roupa é do açude. Ai meu Deus se não tivesse a cisterna, era muito difícil tava esperando o carro pipa tivesse vontade de vim deixar um pouco de água, a gente tinha que comprar tambor essa coisas pra gente armazenar a água, e a cisterna quando Deus dá enche que sangra, eu uso, essas duas famílias pega e tem água se Deus quiser até chegar o inverno de novo, se não tivesse ela, ia depender do governo como tem muitas família aí né, hoje esse açude a água não tá boa pra beber não, Deus me livre.”

Entrevistado 5

“Lourival Pedro da Silva, tenho 84 anos, nasci e me criei aqui, era morador, hoje estou encostado aqui até o dia que eu morrer. Me lembro de seca em 1958 esse açude secou ai nós cavamos uma cacimba, e me lembro como hoje o gado bebia no bebedouro, ai o bebedouro quando tava fraco a gente outras cacimbas, mais não conseguia nem lá nem aqui, depois deu uma chuva e nunca mais secou de vez como aconteceu, em 1958. Eu ia pro maranhão vendendo o que era de jumento e gado se não morria tudo de fome, nós juntava de oitenta a cem animais e ia pro Maranhão pra vender. A água pra beber nunca faltou mas a agua era ruim, a gente fazia uma cacimba hoje, mas amanhã não prestava mais, ai tinha que furar outro, eu vi esse açude seco sem um pingo de água, mas desse tempo pra cá nunca vi ele seco daquele jeito, ele sangrou em 1934, nós chegamos eu tava com quatro anos aqui não tinha nada. Em 1929 o major empeleitou o serviço do açude por 9 conto de reis, o cabra comeu o dinheiro fez por pedaço e foi embora. Aqui teve um ano, que saiu 25 mil arrouba de algodão preto, que na época as terras era do “Major. Nunca recebemos ajuda do governo mais sabe porque, a gente trabalhava. Hoje tá uma riqueza, a água pego da cisterna o ano todinho, todo dia eu digo aqui, que tomara que o cabra que fez a cisterna não morra nunca, a água aqui perguntam de onde ela é, porque é boa ai digo que é do céu da chuva(risos). A minha cisterna é cheia, mas tem cabra que tem cisterna que é podre os canos caindo, aqui a água da cisterna é só pra beber e mais nada, se num tivesse a cisterna eu ia beber do açude grossa e nesse ano tiraram um analise e disse que não dava mais pra beber.”

Entrevistado 6

Maria de Fátima Silva Pessoa, 60, nasci e me criei aqui, hoje sou moradora, trabalhava na roça. Hoje, vejo que tá como um período de seca, principalmente esse ano que nasci e me criei aqui nunca vi o açude do jeito que ele ta hoje, muito seco, a água não dar pra beber. Tenho uma cisterna, e acho importante demais, se não fosse ela, ia buscar do açude era o jeito, a da cisterna só uso pra beber, pra cozinhar ainda pego do açude, eu recebi para bens da minha cisterna pois todo ano a gente lava nunca coloquei agua do açude na cisterna é só da chuva. Esse ano tava acima de meio a cisterna, e quando deu aquela chuva esse ano a gente deu pra lavar e como o telhado é grande a calha é boa, e pega muita água, duas ou três chuva e encheu. A água da cisterna é muito boa coloco no gelágua, a agua é limpa, lavo o pote, encho o pote e ponho no vasilhame pra beber, aqui foi uma das primeiras casas que colocou a cisterna.

Entrevistado 7

“Niubertson Bezerra de Araújo tenho 36 anos, moro aqui desde criança e depois de virar assentamento sempre como morador. Eu lembro duas secas que marcou e que eu vi, desde que nasci pra cá, foi em 1993 e 1999 dois anos que não foram bom de chuva de lá pra cá dava pra colher alguma coisa. Antigamente a gente sofria muito quando existia período de estiagem grande, que não chovia e por conta que não tinha os reservatórios de água para guardar, e não tinha onde armazenar, e logo a água dos riachos se acabavam e ficava mais difícil, pegávamos água do açude. Meu pai a vida inteira trabalhou fora, porque aqui não tinha como criar a família por conta da dificuldade, e eu também foi um dos que tive que sair em 1999, eu tive que ir pra São Paulo, passei um tempo lá depois retornei e até hoje graças a Deus a gente tá vivendo, nunca recebemos ajuda do governo naquele temo. Hoje a gente ta sofrendo período de seca, chuva mesmo pra encher nossos mananciais, a gente não ver mais, e se não fossem as cisternas construída pelo governo federal, acredito que não existia mais pessoas morando

aqui, na nossa região, todos teriam migrado pra outros lugares. Pra beber temos ainda a cisterna, pra os outros gastos a gente pega do açude mesmo. A cisterna é muito importante ter a água no seu terreiro e isso facilita muito, porque a gente tinha que andar até quilômetros atrás de água no jumento e isso tomava muito tempo as vezes até a manhã toda, a gente ficava sem trabalhar por conta que a gente tinha que pegar água. A cisterna só usamos pra beber e cozinhar, já que a água do açude é imprópria para o consumo, sem a cisterna estaríamos aí esperando um carro pipa de água quando viesse ou já tinha indo embora a procura de água por aí.”

Entrevistado 8

“Me chamo Maria Lucia Dantas Cartaxo, tenho 53 anos moro no assentamento há 16 anos, já vim aqui como assentada e antes mora em Cajazeiras. Os anos que vi a terra ser mais castigada pela seca foi de 1982 e 1983, a dificuldade era mais alimentar. E minha mãe trabalhava nas emergências quebrando pedra eu não participei das emergências, mas minha mãe participava. No ano de 1989 houve outra seca também, que a gente recebia do governo feiras pra ajudar. E hoje estamos sofrendo estiagem, e água de beber eu bebo de cisterna água de chuva, e pra o consumo geral é do açude só que tá muito pouca, e tá apavorando todo mundo porque não vai dar, o açude vai secar. A cisterna é importante demais, a gente só usa pra beber e cozinhar, se não tivesse seria só através de carro pipa que a gente nem sabe se a água é de qualidade, ia esperar da ajuda do governo. A minha cisterna veio com a transição na Agencia Nacional das águas que foi em 2000/2001.”